

A TAREFA CENTRAL DO MOMENTO

**Lutar pela real
independência
de classe das
organizações das
massas e de seus
movimentos em
relação a todos
os governos
burgueses!**

**OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA
AO GOVERNO LULA/ALCKMIN!**

*Somente assim é possível fazer a verdadeira
defesa dos salários, empregos e direitos!*

UCRÂNIA

**Pela derrota militar
da OTAN!**

**OCUPAÇÕES DE TERRA, REPRESSÃO
REACIONÁRIA E O PROGRAMA
PROLETÁRIO PARA O CAMPO**

A tarefa central do momento: Lutar pela real independência de classe dos movimentos e organizações das massas

Ainda nos primeiros 90 dias de governo Lula/Alckmin, já se manifestam as consequências da subordinação das direções sindicais à frente burguesa que o elegeram, que vêm desde antes das eleições de 2022. Temos visto a suspensão de greves de cima para baixo, os acordos que expressam muito mais as políticas do governo que as necessidades das bases, e sua capacidade de mobilização e luta. As direções se subordinam espontaneamente à centralização governamental, apesar de não terem quase nenhuma possibilidade de interferência nas decisões sobre as políticas governamentais. A consequência é um alto grau de estatização das organizações das massas, comparável às da época de Vargas, da Ditadura Militar e certamente ainda maior que durante os primeiros governos do PT, neste século.

A subordinação é tamanha que arrasta não apenas as direções, mas também as oposições sindicais de esquerda. A unidade eleitoral entre situação e oposição para as eleições na Apeoesp mostra como a subordinação ao governo Lula/Alckmin anula a possibilidade de antigas oposições sindicais travarem a luta ao redor da real independência de classe, defesa das reivindicações mais sentidas pelas massas, e dos métodos de luta e democracia sindical. O caso do Sinpeem (S. Paulo), com suas particularidades, vai no mesmo sentido. Nesse caso, a particularidade é que o sindicato é dirigido pelo partido burguês Cidadania (Cláudio Fonseca), e a oposição, pelo PSOL, e ambos são base de sustentação de Lula/Alckmin.

Não é possível defender de fato as reivindicações mais sentidas das massas quando se está pelo apoio e sustentação do governo que encarna a necessidade burguesa de atacar os salários, empregos e direitos. Diante dos interesses contraditórios antagônicos, é preciso tomar posição de um dos lados. A conciliação joga em favor do governo, e em detrimento das necessidades das massas.

A aprovação pelas direções sindicais, por cima das bases e das assembleias, do reajuste de 9% no funcionalismo federal, quando as perdas dos 4 últimos anos são de pelo menos 27%, mostra bem o papel que jogam hoje as direções que sustentam o governo federal. Agem como porta-vozes e agentes do governo no interior dos movimentos.

A recente plenária da CNTE também ilustra bem a que serve a unidade para apoio ao governo: não se levantam as reivindicações mais sentidas para arrancá-las dos governos. Levantam-se pontos a serem negociados no parlamento ou com os governos, não se organiza o combate unitário, exige-se a negociação permanente, de forma a realizar a conciliação permanente.

A ausência de uma política de real independência de classe por parte das direções e da maior parte da vanguarda coloca os assalariados à mercê dos ataques dos capitalistas e de seus governos. As anunciadas féri-

rias coletivas de mais de 7 mil trabalhadores no setor automotivo, com perspectivas de demissões, não são respondidas com a organização e a luta de classes em defesa dos empregos e salários. Os sindicatos de todo espectro político, da direita à esquerda, estendem suas mãos amarradas aos trabalhadores da base.

O governo Lula/Alckmin anuncia um novo método para conter gastos e garantir o sustento da dívida pública, leia-se parasitismo financeiro. A tal da âncora fiscal vai substituir o falido teto de gastos pela inflação. Mas a sua flexibilidade estará condicionada pela garantia ao capital financeiro internacional. Daí, não sairá nada de favorável às massas. Assim como não sairá nada favorável com a pretendida redução da taxa de juros. As centrais chamaram uma manifestação na Avenida Paulista, para pressionar o Banco Central com esse objetivo. Aos assalariados não interessa travar uma luta em torno da taxa de juros ou sobre a inflação. O que de fato interessa é que os salários acompanhem fielmente os aumentos de preços, e que haja emprego a todos.

O capitalismo se encontra em uma crise econômica mundial. Expressa sua degeneração como sistema econômico de produção. Para tentar minimizar suas perdas, os capitalistas pressionam os governos a agirem com ataques às massas, despejando a crise sobre seus ombros. Na Europa, observam-se grandes mobilizações contra esses ataques. Na América Latina, as lutas no Peru e Bolívia indicam as tendências de agravamento da luta de classes. Esse é o caminho a seguir por aqui também.

A burguesia semeou ilusões nas massas em relação às possibilidades de melhora do país e de suas condições de vida e trabalho por meio da eleição de um governo “democrático”. Os meios de comunicação se perfilaram na sua maioria sob essa linha. As direções burocráticas sindicais reforçaram essas ilusões, como coadjuvantes desse teatro.

As massas terão de recorrer novamente ao método do Programa de Transição, a fim de dar passos para superar a crise de direção, que se agravou. Por enquanto, estão arrastadas na sua maior parte pelas enganações do governo e das direções. Mas as suas reais necessidades vão desenvolver contradições com os interesses capitalistas garantidos pelos governos e apoiados pelas burocracias sindicais. A defesa das reais necessidades das massas, de suas reivindicações mais sentidas, com os métodos próprios da luta de classes, as levará a estabelecer a real independência de classe em relação aos governos, partidos e instituições da burguesia. Terão de contar com a intervenção dos que defendem sob as atuais difíceis condições as suas verdadeiras reivindicações, seus métodos próprios de luta e a real independência de classe. São os que constroem o partido internacionalista do proletariado e empunham a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

5 de março de 1871 – Nascimento de Rosa Luxemburgo



Marxista polonesa, cuja atividade política ocorreu principalmente na Alemanha. Figura destacada da esquerda da Segunda Internacional até 1914, quando se declarou fiel à linha internacionalista e derrotista, contra a guerra inter-imperialista. Juntamente com Carlos Liebknecht, fundou a "Liga Spartacus". Participou como líder da revolução alemã de novembro de 1918, e contribuiu para a formação do Partido Comunista Alemão. Morreu assassinada em 15 de janeiro de 1919. Ela é autora de "A acumulação de capital", de "Reforma e revolução", etc.

(G. Lora, *Dicionário Político, Histórico, Nacional*).

1 de abril de 1964 – Golpe militar no Brasil

O governo João Goulart, que assumiu o lugar de Jânio Quadros, depois de sua renúncia (1961), desenvolvia uma política nacionalista burguesa, que muito desagradava ao imperialismo norte-americano, e se enfrentava com os movimentos sociais, principalmente as ligas camponesas e o proletariado fabril. Sob a pressão e impulso do Departamento de Estado norte-americano e de sua Embaixada no Brasil, e com apoio de vários setores da burguesia nacional, os generais militares organizaram a tomada do poder pela via do golpe militar. Aproveitaram da visita do presidente ao Uruguai para fazer votar a vacância da presidência no Congresso Nacional e formalizar a deposição de Goulart. Uma junta militar assumiu o poder e nomeou o general Humberto Castelo Branco como presidente. O governo militar imediatamente favoreceu a concretização de acordos que beneficiaram o capital financeiro, as multinacionais norte-americanas e europeias, elevando a subordinação do Brasil como país semicolonial. Diversos direitos trabalhistas foram atacados, aumentando substancialmente a superexploração

do trabalho. As organizações das massas foram atacadas, com prisões de lideranças. Opositores foram cassados no parlamento, e parte deles presa. A ditadura militar durou 21 anos. A partir de 1968, houve um brutal endurecimento da repressão, com fechamento do parlamento, invasão de universidades, prisões em larga escala, torturas e assassinatos. Principalmente a partir do governo do general Ernesto Geisel, os governos militares passaram a desenvolver um nacionalismo direitista, que se traduzia numa ampla intervenção do Estado em setores chave da economia. A crise econômica mundial, que teve como indicador a explosão internacional dos preços do petróleo, afetou a economia brasileira, ainda que com atraso. Iniciou-se a abertura lenta e gradual da ditadura, segundo planejado pelo imperialismo e expressado por meio da eminência parda do regime, o então chefe da Casa Civil, General Golbery do Couto e Silva. O governo do general João Baptista de Figueiredo foi de crise econômica e política, e acabou dando vez à transição para a volta da democracia burguesa, a partir de 1985.

REVOLUÇÃO DE 9 DE ABRIL DE 1952

O Movimento Nacionalista Revolucionário, com a cumplicidade de Antonio Seleme, então ministro do governo, planejou um típico golpe de Estado, no qual esteve envolvido o dirigente sindical Juan Lechín Oquendo. O golpe se tornou em uma revolução social, graças à participação das massas populares, principalmente do proletariado, devido ao prolongamento do embate entre as forças armadas governistas e golpistas. Assim, de forma confusa, expressou-se a rebelião das forças produtivas contra o superestado mineiro, o gamonalismo, as formas da feudal-burguesia, e também contra a opressão imperialista. A nação oprimida vinha mobilizando-se e lutando em torno das bandeiras centrais da "Tese Pulacayo". O movimento não os combateu publicamente, embora no fundo se opusesse a eles, a manobra demagógica foi concebida para ganhar a confiança das massas. O partido da classe operária, que ainda não havia superado a tática da

frete única proletária – o fará quase que imediatamente depois – não respondeu à pergunta formulada pela maioria nacional sobre o papel da vanguarda na conquista do poder político, e por tudo isso não conseguiu colocar-se na direção do processo revolucionário. As massas amadureceram para destruir o Estado feudal-burguês, mas não para tomar em suas mãos o governo, que foi entregue a um partido que lhes era e é estranho, ou seja, o Movimento Nacionalista Revolucionário" (Lora, "1952, por que a classe operária não tomou o poder", em "A revolução boliviana"). De fato, o MNR apoderou-se do rótulo das palavras de ordem difundidas pelas "Teses de Pulacayo", e imediatamente as preencheu de conteúdo burguês: nacionalização das minas com indenização; reforma agrária que envolveu a recuperação pelos gamonais de parte das terras já ocupadas pelos campesinos; semicidadania para as maiorias analfabetas. A libertação nacional não



foi consumada: os recursos naturais continuaram sob o controle do imperialismo. Por imposição dos Estados Unidos, as Forças Armadas foram reorganizadas, destruídas pelas massas, e substituídas por milícias operárias e camponesas. A frustração do Movimento Nacionalista Revolucionário, que reestruturou o Estado burguês, determinou que as tarefas democráticas pendentes de solução passassem para as mãos do proletariado, que logo retomou a linha revolucionária de independência de classe. A pressão dos explorados acentuou a guinada pró-imperialista do governo.

rialista do nacionalismo de conteúdo burguês. Apenas o Partido Operário Revolucionário denunciou e combateu energicamente o movimento como antinacional e agente dos Estados Unidos; o resto da esquerda, particularmente o estalinismo, insistiu em sustentá-lo, com o argumento de que era revolucionário e anti-imperialista. Siles, Barrenechea, alguns ex-falangistas (Roberts, Candia), Lechín, etc. Eles se destacaram nas lutas de rua. O POR não esteve presente como partido, embora alguns de seus dirigentes (Miguel Alandia, por exemplo) tenham participado dos combates. Lora ficou ancorado na França, devido a desentendimentos com a liderança pablista da Quarta Internacional. A palavra de ordem da ocupação das minas, latente no país, poderia ter contribuído para que os trabalhadores esgotassem rapidamente sua experiência sob o governo do MNR, mas não para impedir que isso acontecesse. A nova situação suscitou a tática da “conquista do poder pela conquista das massas”, enroscada nas redes do partido de Víctor Paz Estenssoro, como apontou o X Congresso do Partido Operário Revolucionário. O surgimento da Central Operária Boliviana, seguindo a linha da Central Operária Nacional, elevou a dualidade de poderes, que pouco depois se resolveu em favor do regime do Movimento Nacionalista Revolucionário.

(G. Lora, *Dicionário Político, Histórico, Nacional*).

4 de abril de 1917 – “Teses de Abril”, de Lênin

Foram lançadas em Moscou. Seu objetivo central: corrigir a política equivocada dos bolcheviques (Kamenev, Stalin), que não denunciaram energicamente o governo provisório – e que apoiaram condicionalmente – por continuar com a guerra imperialista. Ele opõe a luta pelo governo soviético à posição que buscava um entendimento com o governo provisório e os mencheviques. Lênin foi acusado por seus companheiros de partido de ter adotado as posições de Leon Trotsky, defendidas sob o nome de “Revolução Permanente”. Lênin diz claramente que a palavra de ordem de uma república democrática (objetivo da revolução burguesa) não deve mais ser lançada, mas sim lutar com energia e paciência pela conquista operária do poder. Assim, liquidou-se a velha palavra de ordem da “ditadura democrática revolucionária dos operários e camponeses”, para ser substituída pela ditadura proletária do “Estado Comuna”, como se aponta nas “Teses de Abril”. Os fundamentos das Teses: “Em nossa atitude em relação à guerra, que continua indiscutivelmente por parte da Rússia, também sob o novo governo de Lvov e companhia, em virtude do caráter capitalista desse governo, uma guerra imperialista predatória, não se deve tolerar nem mesmo a mais insignificante concessão ao ‘defensismo revolucionário’. O proletariado consciente só pode dar seu consentimento a uma guerra revolucionária, que realmente e verdadeiramente justifique o defensismo revolucionário nas seguintes condições: a) que o poder passe para as mãos do proletariado e dos setores mais pobres das massas camponesas simpatizantes do proletariado; b) que todas as anexações sejam

renunciadas de fato, e não apenas em palavras; c) que haja uma ruptura real e absoluta com todos os interesses do capital... Confraternização na frente de batalha. A peculiaridade do momento atual na Rússia consiste na passagem da primeira etapa da revolução, que deu poder à burguesia porque o proletariado carece do grau necessário de consciência e organização, para sua segunda etapa, que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e dos camponeses pobres... Nem o menor apoio ao governo provisório... Desmascarar este governo, que é um governo de capitalistas, em vez de exigir que deixe de ser imperialista, o que é inadmissível. O reconhecimento de que na maior parte do Soviete de Deputados Operários nosso partido está em minoria, e por enquanto em uma pequena minoria, contra o bloco de todos os elementos pequeno-burgueses e oportunistas, sujeitos à influência da burguesia e que trazem essa influência ao interior do proletariado... Expliquem às massas que o Soviete de Deputados Operários é a única forma possível de governo revolucionário, razão pela qual, enquanto este governo se submeter à influência da burguesia, nossa missão só pode consistir em explicar os erros de suas táticas pacientemente... Não uma república parlamentar – voltar a ela dos soviets de deputados operários seria dar um passo atrás – mas uma república dos soviets de deputados operários, assalariados do campo e camponeses, em todo o país, de baixo a acima. Supressão da polícia, do exército (substituição do exército permanente pelo povo em armas), da burocracia, etc...”

(G. Lora, *Dicionário Político, Histórico, Nacional*).

Mais de 7 mil metalúrgicos das montadoras são colocados em férias coletivas

Cinco montadoras anunciaram que vão colocar seus funcionários, no todo ou em parte, em férias coletivas nas próximas semanas. As empresas sofreram quedas de vendas em fevereiro, e os estoques começam a se acumular. Para fazer o “ajuste”, põem trabalhadores em férias coletivas, num prenúncio das demissões. A Hyundai colocou 2 mil; a Volkswagen de Taubaté também; A GM, 3 mil; a Mercedes, 300 trabalhadores; e a Stellantis/ FIAT também seguirá esse caminho. Como se pode ver, trata-se de uma grave situação, que exige organização e luta pelos operários. E não apenas na sua base, pois, os ataques são nacionais. As direções mantêm sua trajetória de acordos de redução de jornadas com redução de direitos e salários. Esses acordos não evitam demissões, antes as facilitam. Os operários devem exigir a convocação e assembleias gerais e eleição de comandos unitários de luta e mobilização.

NENHUMA DEMISSÃO!

Trabalhadores em transporte no RJ aprovam “estado de greve”

Em assembleia no dia 14/03, os motoristas e cobradores de ônibus do Rio de Janeiro decidiram pelo “estado de greve”. Querem o reajuste salarial garantido na Convenção Coletiva, referente a 2021-2022, quando a inflação alcançou quase 12%. A direção do sindicato apostou na mediação da justiça trabalhista. O “estado de greve” é geralmente proposto pelas direções sindicais quando estão de fato contra a greve, e tentam não se chocar de frente

com as bases, que mostram radicalização e disposição de luta. Essa resolução só ajuda a estabelecer um acordo com a patronal, acordo que não atende às reivindicações da classe. É a concretização da política de colaboração de classes. Ao contrário desse lenga-lenga, é preciso aprovar a greve e exigir que se cumpra o acordo coletivo integralmente, bem como se estabeleça um novo reajuste para cobrir as perdas recentes.

OPERÁRIOS DA HONDA QUEREM REDUÇÃO DE JORNADA JÁ!

No dia 17/02, o Sindicato metalúrgico de Limeira (SP), dos operários da Honda em Itirapina, em assembleia, rejeitou a manutenção da jornada de 44 horas, reduzindo uma hora por cada ano, até chegar às 40 horas, em 2026; bem como de acabar com o “adicional”, pago aos operários transferidos à fábrica de Sumaré. A votação foi de 465 contra, 152 a favor e 20 abstenções. A rejeição mostra as tendências instintivas dos operários, de reduzir a jornada de trabalho, sem reduzir salários. **É essa a política correta!**

Depois de adiar por 5 vezes, Sindicato metroviário de SP vai à greve

Os metroviários de S. Paulo reivindicam a Participação nos Resultados (PR) atrasadas (de 2020 a 2021), o pagamento dos 5% aos salários menores para funções iguais de 2022 (“steps”), um abono de R\$ 7,5 mil, referente à PR de 2022, e negociação do PR de 2023. Demissões por aposentadorias e desligamentos de 2019 também estão na pauta de reivindicações. Por 5 vezes, só neste ano, se adiou a greve, em função das negociações. O TRT determinou ao Metrô que apresente nova proposta sobre o abono pedido pela categoria até o dia 22/03. A direção do sindicato tem usado a greve como um blefe nas negociações, e assim desgasta a forma de luta. Ao contrário disso, a greve deve ser o verdadeiro instrumento de luta da classe contra a companhia do Metrô e o Estado patrão.

No dia 23/03, os metroviários aprovaram a greve, mas com uma possibilidade de voltarem ao trabalho se o Metrô liberasse as catracas. O diretor da empresa concordou com essa medida, mas o governo Tarçísio (Republicanos) entrou na justiça e o TRT impediu a realização do acordo. Além disso, o governo não pôs em circulação os ônibus do sistema PAESE, que amenizam a falta do metrô. Diante da manobra do governador, os metroviários fizeram nova assembleia e aprovaram a continuidade da greve com 81% dos votos. A manobra do governo transformou a reivindicação dos metroviários em “libera a catraca já”.

A greve foi encerrada pela direção (Resistência-PSOL) numa votação de 1480 a 1459, aceitando apenas R\$ 2mil de abono, a serem pagos somente no ano que vem, o que dá só R\$ 500, por ano, desde 2020.

É preciso unificar as lutas, de forma a que todos, trabalhadores dos transportes e usuários, se unam na mesma luta em defesa dos salários, empregos e direitos. Somente assim não haverá divisão entre usuários e metroviários.

Operários têxteis em luta

Coteminas (uma das maiores empresas do ramo têxtil no país no ramo de cama e banho) continua a luta pelo pagamento de salários atrasados na fábrica de Blumenau/SC.

Esse ataque soma-se à imposição do banco de horas; o Lay-Off, que atingiu 500 operários, apenas em 2022; suspensão de contratos, etc. Os protestos e greves têm reunido centenas de operários e operárias. O sindicato de Têxtil de Blumenau/SC (Intersindical) organiza manifestações, visando a que “a empresa assuma todas as taxas de juros que os trabalhadores terão que pagar por conta do atraso no pagamento das contas em função da falta de salário e mais: a luta é por estabilidade no emprego, respeito aos direitos e contra o banco de horas”.

Empresas tecnológicas demitem funcionários

Em 2022, a Microsoft fechou 18 mil empregos em todo o mundo. O Google dispensou 10 mil funcionários. A Amazon demitiu mais de 27 mil. Em 2023, a Meta, antiga Facebook, cortará um total de mais de 10 mil empregos, em todo o mundo. Entre 2020 e 2023, as empresas do setor demitiram mais de 85 mil empregados, em áreas como marketing, vendas e suporte ao cliente, consideradas as mais afetadas pela Pandemia de COVID-19, e pelas mudanças no comportamento do consumidor. Os acionistas, por sua vez, exigem cortar custos e aumentar a eficiência, visando a aumentar lucros, no contexto de agravamento da recessão e estagnação. Também demitiram, as empresas 99, Loggi, QuintoAndar, Loft, Facility, Vtex, Ebanx, MadeiraMadeira, Mercado Bitcoin, Olist, Unico, Hotmart, Dock, Neon e Wildlife e a mexicana Kavak. No país, foram fechados 4 mil empregos nas denominadas Startups “unicornio” – empresas de capital fechado com valor superior a US\$1 bilhão. O iFood foi comprado por grupo estrangeiro, e anunciou a demissão (1/03/2023) de 355 funcionários (6,3% do quadro de 5,1 mil), e redução de equipes em até 30%.

Trabalho análogo à escravidão cresce 233% no campo e 50,8% na cidade em dois anos

Em 2022, foram encontradas 1.932 pessoas nessas condições, um aumento de 233%, em relação a 2020. Esse crescimento é quase cinco vezes superior ao registrado entre trabalhadores urbanos, que tiveram 537 pessoas resgatadas no último ano, um aumento de 50,8% no mesmo período. Especialmente nas colheitas da uva, maçã e de outras culturas da região sul, que têm em comum a baixa mecanização e a necessidade de mão de obra. Carvoeiros, na Bahia, ganhavam R\$ 0,16 por saco de carvão. Sintomas das tendências de precarização das relações trabalhistas. A precarização aproxima o trabalhador da escravidão. Ambas devem ser combatidas por meio da luta de classes, devemos exigir a contratação.

NACIONAL

Política econômica de Lula/Alckmin: garantir o sustento do parasitismo financeiro à custa das massas

As negociações ao redor da chamada âncora fiscal, nova proposta do governo para estabelecer metas de gastos, sob a chamada “responsabilidade fiscal”, se desenvolvem e só devem ter um resultado a partir de abril. Alguns de seus elementos, no entanto, são discutidos pelos membros do governo. São eles:

- A garantia de que os compromissos com o pagamento dos encargos da dívida pública serão garantidos, ainda que o PIB nacional caia;
- As verbas para Saúde, Educação, etc. somente serão aumentadas se houver aumento do PIB. Isso pode ser medido no PIB do ano anterior ou numa média de 5 anos;
- Os gastos dos parlamentares com suas emendas (verbas ma-

nejadas muitas vezes de forma anônima, pelo orçamento secreto) serão preservados, ainda que o PIB caia;

- Os gastos assistencialistas do governo também devem seguir a regra do aumento ou queda do PIB.

O governo reivindica do Banco Central a redução da taxa de juros Selic, hoje em 13,75% ao ano, quando a inflação anual oficial está ao redor de 5%. O Banco Central manteve a taxa de juros nos 13,75%, desafiando o governo. Os membros governistas, principalmente os ligados ao PT, colocam-se supostamente pelo impulso à produção industrial, que são afetados pelos juros altos. Estes juros altos aumentam os ganhos do parasitismo do capital financeiro sobre a dívida pública. Trata-se de uma disputa

entre as frações da burguesia, não tem nada a ver com os assalariados. A estes, somente interessa que seus salários sejam suficientes para alimentar suas famílias, e sejam reajustados de acordo com a inflação real, medida por suas próprias organizações. Cabe a defesa do SALÁRIO MÍNIMO VITAL, calculado nas assembleias, ESCALA MÓVEL DE SALÁRIOS e ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO. Essas bandeiras devem estar ligadas às demais reivindicações e orientadas para a estratégia própria de poder das massas. Quanto à dívida pública, cabe defender seu não pagamento, a estatização do sistema financeiro sob controle operário, ruptura com o imperialismo, bandeiras do Programa de Transição, que se soldam à estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Lula se subordina aos EUA em relação à Rússia e Nicarágua. O imperialismo quer ainda mais

Desde as eleições, Lula mudou seu discurso e posições sobre a guerra na Ucrânia. Se antes defendia que a Rússia estava se defendendo, agora se junta às resoluções da ONU, que são um conjunto indissociável de imposições à Rússia que, aplicadas, significam a derrota absoluta da Rússia e a vitória da OTAN. Se antes defendia o direito dos nicaraguenses de resolverem seus problemas internos, passou a criticar o governo Ortega pela repressão desfechada contra opositores. O apoio do governo Biden cobra agora a subordinação brasileira às imposições norte-americanas.

Ainda assim, o imperialismo pressiona para obter ainda mais: pretende que o Brasil condene aber-

tamente o governo nicaraguense, exigindo sua deposição, e que envie armas e insumos militares à Ucrânia.

É preciso organizar a luta contra as medidas ditadas pelo capital financeiro aqui no país. Dessa forma, estaremos combatendo na prática as pretensões imperialistas dos EUA. Isso inclui a defesa da Rússia contra a OTAN e da Nicarágua contra os EUA.

Nenhuma arma ou insumo para a OTAN enfrentar a Rússia na Ucrânia! Pela derrota militar da OTAN! Nenhuma ingerência sobre os assuntos internos da Nicarágua! Pela autodeterminação do país e nenhuma ingerência do imperialismo na região!!

Reprise da disputa eleitoral: o caso das joias da Michele Bolsonaro

Logo no início do governo Lula/Alckmin, seu ministro das Comunicações, Juscelino Filho, foi denunciado dia-riamente pelos grandes meios de comunicação de massa. Globo, Estadão, Folha, etc. não aceitavam ver o “seu” ministério nas mãos de um oligarca regional do Maranhão, ainda que isso fosse o preço de mais uma fatia da base de apoio do chamado governo “democrático”.

No entanto, um novo escândalo acabou ofuscando completamente essa crise setorial do governo: a denúncia de que joias no valor de R\$ 16 milhões de reais teriam sido presenteadas à Michele Bolsonaro e teriam passado como contrabando em 2021, ou seja, sem declaração à Receita Federal, nem como joias de propriedade estatal, nem como de propriedade privada.

O Ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, tinha sido enviado como representante do governo à Arábia Saudita para vender a refinaria de petróleo RLAM. O preço concedido foi extremamente abaixo de seu valor real (o que indica a possibilidade de que as joias sejam propina). O assessor do Ministro disse que o governante árabe “presenteou” com as joias. Bento Albuquerque, ao se deparar com as perguntas da Receita Federal, afirmou que as joias per-

tenciam à primeira-dama. Contou 3 versões distintas no mesmo dia. Depois, afirmou que não tinha dito que eram de Michele, quando está gravado que disse isso. Bolsonaro tentou várias vezes resgatar as peças, mas falhou até às vésperas da posse de Lula. É obrigação declarar qualquer presente estrangeiro que não seja de uso pessoal, pois, é propriedade do Estado brasileiro.

Esse episódio acabou reapresentando a disputa eleitoral. Bolsonaro seria então alguém venal, incompetente até para fazer contrabando, e criminoso quanto à propriedade pública. Além de muito mal assessorado. Os meios de comunicação ressaltaram como teria sido bom ao país a saída de Bolsonaro e a vitória da “democracia”. Ajudam assim a aumentar o apoio a Lula/Alckmin. A pequena crise ao redor do ministério das Comunicações foi abafada, e os membros do governo passaram a ter mais tranquilidade para negociar a “âncora fiscal”.

As massas não devem se iludir: todos os governantes burgueses são corruptos, em maior ou menor grau. A justiça burguesa não vai puni-los de verdade. Somente as massas mobilizadas, com seus Tribunais Populares, poderão julgar e punir a burguesia e seus capachos.

União Brasil não será base de apoio de Lula/Alckmin. Somente 70% de seus parlamentares

Fracassou a possibilidade de um bloco entre o PP de Arthur Lira e o União Brasil (soma do antigo DEM com o PSL). Ainda assim, o União Brasil tem uma bancada parlamentar grande. Perguntado sobre se apoia ou não o governo, se é ou não base de Lula/Alckmin, seu líder na Câmara dos Deputados afirmou que 90% dos membros de seu partido votaram em Bolsonaro. Mas que a maioria, agora, está por uma “boa relação” com o governo Lula/Alckmin. Mas uma minoria permanece como oposição. Se o União Brasil se declara como base de apoio, abre uma crise, com declarações públicas contraditórias. Assim, o partido não é da base, mas

o governo tem ele como apoio. Assim é a politicagem burguesa. E assim se formou o governo com maior centralização política burguesa das últimas décadas.

A oposição bolsonarista se reduziu hoje a uma pequena minoria no Congresso Nacional. Mas tudo pode mudar, de acordo com os rumos da crise econômica. O governo estável de hoje pode passar a ser instável amanhã.

O que importa para as massas é a necessidade de travar o combate a qualquer governo burguês, em defesa das suas reivindicações e por seu programa revolucionário de destruição do capitalismo e instauração de um governo operário e camponês.

RN: facções em disputa impõem violência nas ruas

As prisões são parte do Estado como organismo de repressão para garantia da ditadura de classe capitalista sobre as massas. A luta do proletariado pelo socialismo vai por fim às prisões e à criminalidade.

No Rio Grande do Norte, o Sindicato do Crime tem enfrentado as pretensões do PCC de lhe tomar posições no comando do crime organizado no estado. As cidades de Natal, São Gonçalo do Amarante e Paraná Mirim sofrem com as ações que se realizam com incêndio de ônibus, bloqueando avenidas, etc.

O crime organizado é expressão da decomposição do capitalismo. Diante das dificuldades de reali-

zação da reprodução ampliada do capital por meio da exploração do trabalho assalariado, por conta da crise econômica, setores da burguesia se deslocam para a criminalidade, organizando e financiando as organizações criminosas, com seus “testa-de-ferro” à cabeça. A polícia, tendo boa parte de seu contingente envolvido, seja por meio de propinas, seja pela ligação direta com o crime, não é capaz de controlar a ação das organizações criminosas.

O Brasil tem o maior sistema penitenciário do mundo, grande parte nas mãos privadas, e é uma fonte de lucro a setores capitalistas. A maioria dos presos sequer é julgada, mas é mantida presa, para que o Estado mantenha o parasitismo sobre as construtoras, fornecedores de insumos, etc. As condições

das prisões são degradantes, empilhando os presos uns sobre os outros, gerando revoltas.

As prisões são parte do Estado como organismo de repressão para garantia da ditadura de classe capitalista sobre as massas. A luta do proletariado pelo socialismo vai por fim às prisões e à criminalidade.

É preciso defender a vida das massas oprimidas, com as bandeiras do Programa de Transição, de salário mínimo vital, escala móvel de salários e de horas de trabalho, fim do desemprego, saúde, educação, moradia e direito ao lazer para todos, como parte de um programa revolucionário que permita desenvolver a luta unitária das massas contra todas as frações da burguesia, aí incluídas as criminosas, e seus governos.

FOLHETO

RESOLUÇÕES

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais do POR - 2023

Fração E Luta - Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Uma publicação de:



Adquira com
nossos militantes!

PPRI

Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

Membros do PCC são presos e acusados de atentar contra a vida de autoridades, entre elas o juiz Sergio Moro

A imprensa burguesa deu grande destaque à prisão de um grupo de membros do PCC que estariam planejando atentados contra autoridades. Uma delas seria o Senador Sergio Moro, cabeça da Operação Lava Jato e juiz que condenou Lula à prisão sem provas, a mando do governo estadunidense de Donald Trump, de forma a que Bolsonaro pudesse vencer as eleições em 2018.

O PCC é a maior organização criminosa do país e tem negócios por todo o continente. Em 2006, realizou uma série de atentados na capital e interior paulistas, e obrigou o governo Alckmin a um acordo, do qual não se conhece todo o conteúdo.

Moro e a direita bolsonarista

procuram se aproveitar da situação, tentando envolver o PT e Lula na ação dos criminosos. Lula chegou a acusar Moro de ter armado tudo, para se beneficiar politicamente, e o senador afirmou que a sua vida e da sua família são responsabilidade de Lula.

A disputa politiqueira entre governistas e bolsonaristas não resulta em qualquer benefício às massas oprimidas, que sofrem com a repressão policial do Estado e a disputa entre as organizações criminosas nos bairros pobres.

Na luta por suas reivindicações mais sentidas, orientadas pela estratégia própria de poder, as massas vão varrer com os políticos burgueses e suas intrigas eleitoreiras.

Em ato dividido, se impôs a centralização política orientada a defender o governo Lula/Alckmin

No dia internacional da mulher, houve manifestações em diversos países no mundo. Tanto nas semicolônias, a exemplo do Irã e Síria, quanto nas potências imperialistas, grandes marchas ocorreram, ainda que limitadas em muitos casos a pautas específicas, como o questionamento do direito ao aborto, como nos EUA. Contudo, a política que se manteve predominante esteve pautada no “empoderamento feminino”, buscando um suposto patamar de igualdade entre mulheres e homens na sociedade burguesa. Assim, em termos gerais, esteve ausente a defesa da luta contra a opressão à mulher no campo próprio da luta de classes.

No Brasil, os partidos e correntes governistas organizaram atos em várias cidades, destacando a importância das conquistas das mulheres nos governos do PT, e “a vitória de toda classe trabalhadora brasileira” ao eleger Lula/Alckmin, em especial para as mulheres que derrotaram “um homem que odeia mulheres”. Contudo, nada foi dito sobre como o novo governo seria capaz de reverter a dupla opressão a mulher, que apenas se aprofunda, ao passo que mantém um salário mínimo de miséria para homens e mulheres, não apresenta perspectivas reais de combater no longo prazo a tendência generalizada de desemprego e subemprego, que atinge especialmente as mulheres trabalhadoras e pobres, e aposta na via institucional para combater a violência doméstica – via esta que se mostrou falida, com a manutenção e elevação de altas taxas de violência contra mulheres, mesmo após mais de 15 anos de vigência da lei Maria da Penha.

Em São Paulo capital, os partidos e correntes reformistas que compõem a estrutura do governo burguês de Lula, (PT, PC do B e PSOL) organizaram a manifestação sob a bandeira “mulheres nas ruas em defesa da democracia”. Que, nos fatos, significa defender o governo Lula/Alckmin, e visava a disciplinar as correntes de oposição que participaram nos atos a esse objetivo. Começaram a impor esse objetivo nas reuniões para organizar o evento. Teriam direito à fala quem assinasse o documento de convocatória em defesa do governo de Lula. Assim, impediram que organizações opositoras ao governo Lula pudessem intervir com suas bandeiras no caminhão de som principal. De fato, o governismo impôs uma divisão no interior do ato, já desde sua preparação. O que obrigou as correntes que não se submeteram às imposições burocráticas e arbitrárias dos governistas a ter uma caixa de som e organização próprias, para assim garantir a defesa e exposição pública

Ficou clara a divisão entre os que apoiam completamente o governo e aqueles que se opõem, em maior ou menor grau, ao governismo. Expressou-se assim a centralização e estatização das organizações sindicais e das manifestações políticas à defesa das medidas e programas do governo burguês de frente ampla burguesa.

de suas posições e programas, de forma independente.

Ficou clara a divisão entre os que apoiam completamente o governo e aqueles que se opõem, em maior ou menor grau, ao governismo. Expressou-se assim a centralização e estatização das organizações sindicais e das manifestações políticas à defesa das medidas e programas do governo burguês de frente ampla burguesa. Colocada a divisão, correspondia, aos partidos e correntes que se reivindicam classistas e revolucionárias, não compactuar com a decisão ditatorial dos governistas, e defender, nas condições concretas, o programa e as bandeiras de independência de classe que correspondem à completa

luta pela emancipação da mulher das cadeias da opressão e dos governos burgueses. O que somente podia ser defendido no interior do bloco classista, que abriu as falas às correntes expulsas do caminhão de som principal.

Não houve ainda qualquer convocatória às mulheres trabalhadoras e pobres a marcharem em defesa de suas reivindicações mais sentidas, a exemplo do direito ao aborto gratuito garantido pelo Estado, preservando a saúde e as condições físicas das mulheres; a igual trabalho, igual salário e condições trabalhistas entre homes

e mulheres; salário mínimo e vital reajustado automaticamente de acordo com o aumento dos preços; pelo fim da terceirização e em defesa da imediata efetivação de todas as mulheres precarizadas ou submetidas a trabalhos por contrato temporário; por creches e lavanderias sustentadas pelo estado para garantir o direito ao emprego a todas as mulheres que queiram trabalhar etc. Menos ainda houve qualquer campanha para unir as mulheres e homens explorados por trás de um programa comum que os unifique como classe contra a burguesia e seus Estados.

Com essa política, a composição do ato se limitou principalmente a setores da pequena burguesia democratizante e à base das organizações reformistas e centristas, uma vez que nos chamados estava em geral ausente a defesa de um movimento pelas reivindicações mais elementares da maioria explorada. Os apoiadores da frente ampla burguesa organizaram o ato em apoio ao governo Lula/Alckmin. Nesse sentido, as falas de defesa de salários iguais para funções iguais, fim do assédio moral nos locais de trabalho, da violência contra mulheres foram incoerentes e superficiais, na medida em que não estiveram acompanhadas da defesa de organização de um movimento para impor essas reivindicações. Por sua vez,

os partidos centristas de oposição ao governo Lula (PSTU, MRT, etc.) que participaram com bloco classista, organizado pela Conlutas, fizeram intervenções baseadas na defesa dos oprimidos e denunciando as mazelas impostas à vida das mulheres na sociedade capitalista. Contudo, não puderam romper completamente com suas posições anteriores de sustentarem a eleição de Lula/Alckmin e sua disposição a defender o governo frente a supostas “ameaças golpistas”. Não por acaso, algumas intervenções reforçaram que a derrota eleitoral de Bolsonaro expressou “uma vitória contra o fascismo”. No campo da política internacional, a situação não foi melhor. O PSTU, em particular, chegou a fazer uma defesa explícita de seu emblocamento com o imperialismo, defendendo que o governo Lula deveria enviar armas para a Ucrânia, apoiando a derrota militar da Rússia perante a OTAN. Assim, a subordinação, ainda que velada ao governo de frente ampla burguesa e à burguesia imperialista, implicou na incapacidade do centristismo de apresentar o programa pelo

qual as mulheres seriam capazes de superar a opressão imposta pelo capitalismo, que passa pela constituição de uma oposição revolucionária ao governo, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, visando à constituição de um governo operário e camponês.

Militantes do PPRI (Partido Proletário Revolucionário Internacionalista) participaram do ato em São Paulo, somando ao bloco classista, distribuindo seu manifesto e fazendo intervenção, mostrando a necessidade de pôr abaixo o sistema capitalista com métodos da classe operária, tendo o proletariado na direção, com o partido revolucionário em defesa da ditadura do proletariado, para que realmente possamos construir a sociedade sem opressão aos que sustentam a sociedade através do trabalho. Tal como expõe Trotsky: “é impossível a emancipação da mulher sem o crescimento da economia e, consequentemente, da elevação do nível cultural. Sem a alteração radical das relações de produção, não há alteração na moral e nas relações sociais.



**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**

ppri.partido@proton.me //
correntesindicalmarxistaglora@proton.me // csmrlora.sinpeem@proton.me // correnteestudantilmarxistaglora@proton.me

MANIFESTO - DIA DA MULHER TRABALHADORA

Por um 8 de Março em defesa das reivindicações históricas das mulheres trabalhadoras e pelo fim da sociedade de classes, fonte de toda opressão

O 8 de março, cuja origem remonta a luta das mulheres no início do século XX, é um marco da organização das operárias, por um movimento reivindicatório e, portanto, em oposição à burguesia e ao Estado. A repressão às marchas de centenas de milhares de mulheres, em protesto por melhor salário, melhores condições de trabalho e de vida, e pelo direito ao voto, é uma das marcas históricas dessa luta, tanto quanto o sangue derramado de 146 operárias e operários, em 1911, mortas em um incêndio em uma fábrica em Nova York, ou as milhares de mulheres, trabalhadoras, que protestaram em 08 de março de 1917, contra a fome a Primeira Guerra Mundial. Essas marcas, cravadas a fogo na luta de classe internacional, registraram

um passado e devem escrever o nosso presente, já que, após mais de cem anos, a condição da mulher trabalhadora se deteriora cada vez mais. A dívida insolvente do capitalismo com as mulheres se avoluma, nas curvas ascendentes das estatísticas frias da violência, da miséria, da fome. Estatísticas que expõem o grito surdo de milhões violadas, mutiladas, e que tombaram nas covas, a meio palmo da opressão e exploração de classe, de um sistema produtivo bárbaro e em decadência.

No mundo, uma em cada quatro mulheres jovens – de 15 a 24 anos – sofreu algum tipo de violência, apontam os dados da OMS, de 2000 a 2018. Os principais agentes da agressão: parceiros ou outro familiar. De todas as mulheres

abusadas sexualmente, independentemente da idade, apenas 6% o foram por pessoas desconhecidas. Os países mais pobres concentram os maiores valores absolutos e relativos da violência. Apenas em 2021, 45 mil mulheres ou meninas foram mortas, por seus parceiros ou por outro familiar, segundo a ONU. Esse número equivale a 56% do total de mulheres assassinadas nesse ano. As regiões onde mais se concentrou o número de assassinatos de mulheres, por companheiros ou parentes, novamente foram os países mais pobres, em particular na África e na Ásia. A ocorrência de aborto em escala mundial soma 55 milhões, entre 2010 e 2014. Desse, 45% de forma insegura. Assim, mais uma vez, África, Ásia e América Latina concentram 97% dos



abortos irregulares – dados da OMS. Segundo relatório da OIT, publicado em setembro de 2022, as mulheres ganham em média 20% a menos, comparado aos homens, na execução da mesma função. Ainda segundo a OIT, em seus dados de 2018, 48,5% das mulheres compõe a força de trabalho mundial, enquanto a taxa masculina é de 75%, o que demonstra que o desemprego tem impacto maior entre as mulheres.

A realidade brasileira reflete as tendências mundiais da violência à mulher, assumindo a quinta colocação do chamado “feminicídio”, como tipifica a legislação. Em 2022, foram 18,1 milhões de mulheres agredidas. Somente no primeiro semestre, foram 699 mulheres assassinadas por seus parceiros ou ex-parceiros. Em média, 4 mortes por dia, perfazendo o maior número já registrado. Segundo o ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em 2022, cerca de 70% das mulheres assassinadas, por seus companheiros ou ex-companheiros, nunca passaram pela rede de proteção governamental. Segundo o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública – cujos dados de 2021 foram comparados com os de 2020 –, a violência à mulher somou 230,8 mil agressões por violência doméstica (aumento de 0,6%); 597,6 mil ameaças (aumento de 3,3%); 619,3 mil chamadas ao 190 (aumento de 4%); 370,2 mil medidas protetivas de urgência concedidas (aumento

de 13%); 66.020 estupros (aumento de 4,2%), sendo que 75,5% das vítimas eram vulneráveis, em que 61,3% tinham menos de 13 anos de idade, e, em 79,6% dos casos, o autor do estupro era conhecido da vítima. Os casos de assédio somaram 4,9 mil (aumento de 2,3%), e importunação sexual 19,2 mil (aumento de 9%). Foram 1.341 mulheres assassinadas, sendo que 65,6% ocorreram dentro de casa. Dessas mulheres, 62% eram negras e, em 81,7% dos casos, o crime foi executado por companheiros ou ex-companheiros.

Uma análise estatística mais crua dos dados acima permite concluir que a violência à mulher tem aumentado, mundialmente. O assassinato de mulheres, pelo que se tipifica como feminicídio, já se apresenta como a principal causa de morte. A permanente condenação do aborto não impede a sua realização, mas se impõe como navalha às milhares que recorrem a procedimentos abortivos inseguros. Os óbitos maternos, em função disso, variam em ritmos crescentes, imitando o próprio crescimento do número de abortos em si. A camada social mais atingida pela violência é a mulher pobre, fato que explica a concentração dos casos de agressão, estupro, homicídio e aborto ser nos países pobres. A atual desigualdade salarial feminina demarca a continuidade, há quase trezentos anos, da reincor-

O 8 de março, cuja origem remonta a luta das mulheres no início do século XX, é um marco da organização das operárias, por um movimento reivindicatório e, portanto, em oposição à burguesia e ao Estado.

poração da mulher às forças produtivas em condições inferiores, comparadas às do homem. Tal fato corrobora para a igualmente contínua violência, uma vez que há uma relação diretamente proporcional entre esta e a condição econômica. O principal agressor é membro da família, em caráter duradouro ou circunstancial. Assim sendo, as desigualdades salariais se processam no interior das relações familiares, submetidas, portanto, às questões de sustento dos integrantes da família. No Brasil, a particularidade histórica escravista determinou a convergência da pobreza e a marginalização da população negra. Em decorrência disso, o setor social feminino sobre o qual incide majoritariamente a violência é a mulher negra. Ademais, as tendências mundiais da opressão à mulher reforçam na realidade brasileira.

Percebe-se que os laços econômicos são fundamentais para se entenderem as causas da opressão à mulher, uma condição que perpassa todas as sociedades de classe, e que no capitalismo assume formas particulares, a começar pela reincorporação da mulher às forças sociais produtivas, mas o fazendo sem, contudo, abolir sua condição de escrava do lar, na medida em que o Estado burguês não assume as tarefas domésticas, por meio de lavanderias e restaurantes coletivos, além de creches em número para atendimento universal, como parte da seguridade à maternidade. Mantendo-se presa ao lar, sua reincorporação se apresenta limitada, como contribuidora menor ao quantum necessário à manutenção e reprodução da força de

trabalho humana. O maior provedor – e em muitos casos o único – do sustento familiar continuou sendo o homem, fato que se reforça nos países mais atrasados. A dependência financeira a subjuga. O retorno à condição de força social produtiva e a permanência da obrigação com as tarefas domésticas são os elementos da contradição interna do problema feminino na sociedade capitalista. A prevalência como fator determinante desta àquele escrevem o destino da mulher, por guardar consigo as raízes da opressão como expressão de relações de propriedade dos meios de subsistência, hoje manifestadas no salário e demais condições de trabalho mais rebaixadas que as dos homens. A permanência das obrigações do lar e a subordinação à família – comuns aos demais modos de produção que fundamentam as sociedades de classe – no seio das relações capitalistas de produção, elevou a opressão à mulher a patamares possivelmente jamais vistos. A combinação do trabalho na produção social com o trabalho no lar condicionou a mulher proletarizada às múltiplas jornadas; e o crescente rebaixamento geral do valor da força de trabalho forçou o aumento da dependência ao homem e à família de modo geral, para garantir o sustento de si e dos filhos. O que, consequentemente, intensificou a imposição das garantias da paternidade do filho, que no caso da mulher proletária, é menos por causa da herança entregue num futuro, e mais pelo sustento imediato, em condições cada vez mais menos favoráveis.

A burguesia, no entanto, oculta as relações entre o parentesco e o fator econômico de dependência familiar. Esses dois elementos são dissociados, como medida profilática na defesa da instituição “família”, a célula econômica por onde se capilariza o controle ideológico da burguesia. A informação isolada do principal agressor ser o parceiro, ex-parceiro ou outro familiar, assim como as desigualdades de



A ideologia burguesa distorce e deforma a relação de opressão, para negar seu fundamento estruturado na propriedade privada dos meios de produção, advogando, assim, em favor da preservação de seu poder, construído e sustentado na exploração e nas diferentes formas de opressão, incluindo a sobre a mulher.

tos da exploração. Os desastres dessa unidade econômica precisam ser silenciados, pela contenção na divulgação dos fatos, ou pela distorção e deformação da realidade. A burguesia não mais se furt a divulgar as estatísticas, tal é o estágio do desenvolvimento da opressão à mulher. Mas, o faz na condição em que o silêncio omissivo se mostra um instrumento esgotado na contenção social. A burguesia não mais transformará o quadro de violência em paz, mas dará o seu conteúdo à violência. Ao subtrair ideologicamente as relações de produção e de propriedade do problema de opressão à mulher, a burguesia converte a forma como se dá a opressão em conteúdo da opressão. A opressão em geral, e, principalmente, a violência em particular, assume a forma de um conflito entre homens e mulheres, mas o conteúdo

da opressão é de classe.

A sobreposição do homem à mulher não é própria desta ou daquela cultura. Ela é um padrão social mundial, que varia de grau, conforme o nível de desenvolvimento das forças produtivas de cada país, o que indica que a opressão à mulher é parte da estrutura de funcionamento do capitalismo, assim como o foi em todas as demais sociedades divididas em classes. A opressão à mulher originou-se da propriedade privada dos meios de produção; da transição da família matriarcal de um modo de produção e apropriação coletivos, para a família patriarcal, de produção e apropriação privados. A ideologia burguesa distorce e deforma a relação de opressão, para negar seu fundamento estruturado na propriedade privada dos meios de produção, advogando, assim, em favor da preservação de seu poder, construído e sustentado na exploração e nas diferentes formas de opressão, incluindo a sobre a mulher. Lança aos quatro ventos o “empoderamento”, como solução ao problema da mulher, mas encobre que o “empoderar” não é uma medida de efeito universal. Caso perfeitamente com o ideário burguês da ascensão social, cuja roupagem democrática mascara o incentivo à exploração e opressão da mulher pela mulher. As políticas públicas protetivas, educativas e coercitivas transbordam ineficácia, mas são sustentadas discursivamente, na mesma medida em que se busca sustentar a ilusão no regime democrático, assegurando que as mulheres vejam e recorram tão somente ao Estado como o “poder público”, responsável e capacitado na preservação do bem-estar social. Nenhum governo burguês (seja ele qual for) será capaz de responder efetivamente à opressão sobre a mulher.

A burguesia defende a responsabilização individual do homem que agride, de modo a encobrir a responsabilidade coletiva da sociedade burguesa, que formou esse homem, cujas práticas deploráveis

e animalescas refletem a decomposição do modo de produção capitalista, condição essa irreversível e irreformável. A burguesia não é capaz de proteger e fazer justiça à mulher violada, mutilada e jogada às traças da miséria e da fome. A defesa da mulher está na luta contra a burguesia. Está em se levantar hoje, por um salário-mínimo vital (que a mulher consiga pagar as contas e cuidar de seus filhos sem depender de ninguém); por reajuste salarial real (escala móvel de reajuste, de acordo com a inflação medida pelas organizações dos trabalhadores); pelo fim da desigualdade salarial (trabalho igual, salário igual). Está em se levantar por emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho – redução da

jornada de forma a que todos tenham trabalho, sem redução salarial); pela defesa da maternidade: a) com a construção de creches e escolas a todas as crianças, b) com a licença maternidade definida pelas mulheres trabalhadoras. Está em se levantar para defender a legalização do aborto; defendendo saúde pública universal. Está em lutar para pôr abaixo a reforma trabalhista e da Previdência; lutar por moradia digna, segura, com eletricidade, água encanada e com esgoto instalado; lutar para que o Estado assuma a construção de restaurantes e lavanderias coletivos; lutar para que a mulher proletária e seus filhos possam ter lazer, possam praticar esporte, possam desenvolver todas as suas poten-

cialidades, podadas, ao serem jogadas nos bairros periféricos em ruínas.

A libertação da mulher não será dada pelo capitalismo, será iniciada se arrancada das entradas da burguesia, quando a classe operária, e o conjunto dos explorados, constituídos por mulheres e por homens, se levantarem para destruir o Estado burguês, e erguer seu poder próprio, a ditadura do proletariado. A luta contra a propriedade privada é a escola da futura igualdade entre homens e mulheres. A libertação da mulher será fruto da luta pelo socialismo, e sua luta é agora por reivindicações próprias e históricas que a fazem se chocar contra o Estado, seus governos e os capitalistas!

DIA NACIONAL DE LUTA PELA EDUCAÇÃO

Ato esvaziado e aparelhista é organizado pelos governistas para manter o imobilismo

O dia nacional de Luta pela Educação em São Paulo não passou de um comício dominado pelo governismo, para blefar com paralisação das ruas e greves, se a reforma do ensino Médio não for barrada no Parlamento, e somente em uma ou outra fala compareceram as denúncias das condições salariais e trabalhistas pioradas dos trabalhadores da Educação. Dirigentes da UBES e da UNE fizeram falas agitativas e acaloradas, sobre a necessidade da unidade e da presença nas ruas para barrar a Reforma, mas, assim como os burocratas sindicais, tampouco fizeram qualquer aceno de preparar uma greve nacional da Educação desde as bases e assentada nos métodos próprios de luta dos oprimidos.

A manifestação não teve qualquer preparação ou convocatória prévia das assembleias e de organização dos estudantes nas escolas, para levar às ruas uma massiva mobilização de massas, radicalizada, capaz de abrir caminho à greve geral da Educação pela revogação imediata da Reforma maldita. Como acontecia sob o governo Bolsonaro, a política das direções sindicais da CNTE é a de bloquear as greves, e impedir a deliberação e resolução coletivas das assembleias, impondo a pauta por cima, de acordo com o objetivo de negociar, nas instituições, como modificar aspectos da Reforma, depois apresentar as migalhas consensuadas como “vitórias”. A esse objetivo serviram

A manifestação não teve qualquer preparação ou convocatória prévia das assembleias e de organização dos estudantes nas escolas, para levar às ruas uma massiva mobilização de massas, radicalizada, capaz de abrir caminho à greve geral da Educação pela revogação imediata da Reforma maldita.

os parlamentares que falaram no ato e se “comprometeram” a travar a reforma, caso não houvesse negociação para sua alteração. Mas, a diferença com anos anteriores é que agora as burocracias são parte integrante ou aliadas do governo de frente ampla burguesa, aproveitando-se das ilusões democráticas das categorias no governo para mantê-las imobilizadas e fazê-las acreditar que o governo as ouvirá. Não por acaso, as falas lembraram da importância da derrota bolsonarista nas urnas, e chamaram a não “abandonar a luta”, mas sem qualquer convocatória a assembleias e novas manifestações para preparar uma greve geral unitária e radicalizada, capaz de impor ao governo, com a força coletiva da classe, a revogação.

Eis porque a convocatória a “preparar” a greve nacional do próximo mês, se não houver revogação da Reforma pelo governo, dá a ele um tempo para negociar e ajustar as contas com a base aliada no Parlamento, para que a burocracia possa encerrar a greve nacional de abril antes de ser oficialmente convocada, sem se arriscar a ser obrigada a impulsionar as tendências de luta presentes na grande insatisfação existente entre os trabalhadores da Educação.

Sem dar ênfase e colocar as reivindicações que apontam a necessidade de organizar a luta desde as bases, e com os métodos da ação direta, para impor imediatas



melhorias nas condições de trabalho dos professores, a efetivação sem concurso da categoria O e dos terceirizados, reduzir a jornada de trabalho estafante, repartindo as horas de trabalho entre todos os aptos sem reduzir sa-

ários, fim da lei 1374, que resultou em opressão nas escolas (principalmente aos professores contratados), abertura de todas as EJAs, e um plano de obras públicas para construção de todas as escolas necessárias para reduzir o número de alunos por salas controlado pelos trabalhadores e estudantes, não haverá como abrir caminho a uma greve nacional, capaz de impor a derrubada da Reforma e a defesa de emprego estável e efetivo a todos, real aumento de salários, e melhores condições de trabalho e estudo para professores, ATEs e estudantes.

Foi com essa linha que interveio o Partido Proletário Revolucionário Internacionalista, PPRI, no ato, por meio da distribuição de um Manifesto da Corrente Sindical Marxista-Guillermo Lora. Convocamos os militantes e a vanguarda a debater nas escolas como erguer uma frente única de luta em defesa das reivindicações e dos métodos que imporão nossas reivindicações ao governo de frente ampla burguesa.

**MANIFESTO - DIA NACIONAL
DE LUTA PELA EDUCAÇÃO**

CORRENTE SINDICAL MARXISTA

Boletim nº 3 - 22/03/2023 - correntesindicalmarxistagloria@proton.me

Guillermo Lora

Erguer as reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores!

Real independência de classe em relação aos governos (oposição revolucionária)!

O dia nacional de lutas pela Educação deste ano acontece numa dura realidade vivida pelos trabalhadores na Educação. Professores sofrem com arrocho salarial, descumprimento do piso salarial, redução de horas de aula em suas disciplinas, salas superlotadas de um lado e fechamento de salas de outro, atribuições de aula sob critérios de apadrinhamento e esmagamento das condições de trabalho, duplas jornadas que liquidam suas capacidades físicas e mentais, confisco de aposentados e pensionistas, maior intransigência quanto às faltas, etc. Os funcionários são esmagados, sob responsabilidades estafantes ou mesmo impossíveis de serem cumpridas, além da ampla terceirização e precarização do trabalho, sob salários miseráveis.

O dia nacional de lutas ocorre sem que as direções apresentem

reivindicações claras, unitárias e que expressem as reais necessidades dos trabalhadores na Educação. Para serem alcançadas, as reivindicações que de fato defendem as condições de vida, trabalho e saúde de professores e funcionários dependem da luta nas ruas contra os governos, da aplicação dos métodos próprios da luta de classes, da organização com total independência em relação aos governos, partidos e instituições da burguesia.

É por isso que as direções sindicais não as levantam, como meio de unificação geral das lutas. Ao contrário, apresentam apenas aquelas que podem ser negociadas com os governos, que servem para discutir um meio termo delas no parlamento, ou mesmo já anunciadas como medidas do governo.

As direções sindicais convocam então as manifestações, não com

o caráter de enfrentamento, com paralisação das aulas, bloqueio de grandes avenidas, etc., e sim com os professores em sala de aula. Assim, as manifestações são manejadas para que sirvam apenas de meio de pressão limitada sobre governos e parlamento, com a finalidade de ampliar negociações que visem à conciliação, e não à conquista de reivindicações que expressem as reais necessidades da base.

Acabamos de ver as direções do funcionalismo federal aprovarem o reajuste salarial proposto pelo governo Lula/Alckmin, que não repõe nem metade das perdas dos últimos 4 anos. Fizeram isso por cima das assembleias de base, sem convocar assembleias nos locais de trabalho e sem construir, desde elas, uma pauta de reivindicações debatidas e decididas coletivamente. Agem como portavozes e agentes do governo junto à

categoria. Essas direções não têm qualquer independência política diante do governo. A causa disso é que a defesa das reivindicações mais sentidas e dos métodos para conquistá-las leva ao choque com os governos. E a ordem do dia delas é apoiar o governo Lula/Alckmin a qualquer custo.

Apesar da política das direções, existe grande insatisfação no interior da categoria. E também toda uma camada de professores que manifestam tendência à luta pelas reivindicações. Mas a insatisfação não leva automaticamente à mobilização. Contra as tendên-

cias capituladoras das direções, é preciso mobilizar os professores e funcionários para a luta. É necessária uma verdadeira campanha que levante as reivindicações mais sentidas pela classe, com real independência diante dos governos, sejam eles quais forem, que se apoie nos métodos da luta de classes e que tenha nas assembleias de base um apoio firme, e que objetive o combate unitário para derrotar as medidas de ataques à Educação, às condições de vida, trabalho, e saúde dos trabalhadores.

Unir empregados e desempregados, efetivos e contratados/pre-

... a defesa das reivindicações mais sentidas e dos métodos para conquistá-las leva ao choque com os governos. E a ordem do dia das direções burocráticas e das correntes governistas é apoiar o governo Lula/Alckmin a qualquer custo.

carizados sob um programa comum de reivindicações! Somente a unidade na luta pode derrotar a unidade burocrática das direções, que na prática são de negação das reais necessidades dos trabalhadores!

Professores no RS rejeitam proposta de reajuste rebaixada

A situação dos professores no RS é bastante caótica, o Novo Ensino Médio precarizou ainda mais o ensino público. Colocou professores de Artes para ensinar Português e professores de Física para dar matérias como “Projeto de Vida”, “Culturas Digitais”, “Gênero e vida em sociedade” e “O que rola por aí?”. Tudo isto, obviamente, sem poder falar de questões políticas.

Trata-se da imposição da mudança de carga horária para os professores e funcionários, que deveria mudar, como sabemos, mas para melhor, e não para pior, como fez a “reforma” de Temer, colocada desde 2017. Também houve a proposta de reajuste salarial para os professores do Estado, em 9,45% (abaixo da inflação, mesmo assim), que foi rejeitada pela base do sindicato CPERS, que, em assembleia na cidade de Porto Alegre, rejeitou este índice, exigindo 14,5%, não apenas para os professores, mas também para os funcionários de escola, que, no bruto, chegam a ganhar cerca de R\$ 600 e, com alguns “penduricalhos”, alcançam o mínimo do mínimo.

Desta forma, ainda que sob a pressão da direção burocrática do sindicato, a base virou os olhos para a proposta rebaixada do governo Eduardo Leite (PSDB). Essa contradição entre as reais necessi-

dades dos trabalhadores e a política dos governos, respaldada pelas direções burocráticas governistas, se espalha em todos os movimentos, e é o problema a ser enfrentado pela vanguarda revolucionária.

No dia 3 de março, pela manhã e pela tarde, houve uma Assembleia Geral do CPERS, onde se destacaram algumas coisas, entre elas: o sindicato é mobilizado, em sua maioria, por aposentados, uma força importante, mas que mostra a falta de interesse da nova geração de professores de se sindicalizar; a ausência do tema dos contratados (que já são quase 50% dos professores e funcionários nas escolas); e o fortíssimo economicismo da direção que penetra nas bases.

O economicismo às vezes foi rompido, mas por falas que caracterizavam o governo Lula como “democrático” e o de Bolsonaro como “fascista”, por militantes do PSOL. Isto não foi contestado em nenhuma fala, em nenhum momento. Já o tema dos contratados, algo ao estilo do professor categoria O em São Paulo, passa batido pela direção, e não afeta diretamente os aposentados, assim a luta acaba enfraquecida e fragmentada. É preciso discutir e aprovar a UNIDADE NA LUTA ENTRE EFETIVOS E CONTRATADOS, EMPREGADOS E DESEMPREGADOS.



PPRI

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**

contatos:

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistaglora@proton.me
csmlora.sinpeem@proton.me
correnteestudantilmarxistaglora@proton.me

OCUPAÇÕES DE TERRA, REPRESSÃO REACIONÁRIA E O PROGRAMA PROLETÁRIO PARA O CAMPO

Ocupações de Terra e Repressão Estatal

No dia 27 de fevereiro, milhares de camponeses do MST ocuparam três áreas no sul do Estado da Bahia, de propriedade da Suzano Papel e Celulose. As fazendas em Mucuri, Teixeira de Freitas e Caravelas foram ocupadas para cobrar o cumprimento de um acordo, feito em 2015, em que a Suzano se comprometeu a indicar terras para, por meio de indenização recebida do Incra, utilizá-las para assentamentos.

A Suzano caracterizou a “invasão” como ilegal, e acionou o Judiciário com uma ação de reintegração de posse. O Ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávoro (PSD), afirmou que “em hipótese alguma, vamos compactuar com invasão de terra produtiva”. Já o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira (PT), disse que o governo irá proteger a propriedade privada, e que a legislação permite que somente as áreas improdutivas sejam desapropriadas para a reforma agrária. Ao mesmo tempo, assumiu que o Incra não tem verba para cumprir o acordo no caso da Suzano, pois, no orçamento deste ano dispõe de apenas R\$ 2,43 milhões para aquisição de terras para a reforma agrária, e as áreas das Suzano estão avaliadas em mais de R\$ 40 milhões.

No dia 7 de março, foi realizada a reintegração de posse nas fazendas, com a presença da Polícia Militar da Bahia, governada por Jerônimo Rodrigues (PT).

No dia 27 de fevereiro, centenas de camponeses do MST também ocuparam a Fazenda Limoeiro, em Jacobina, norte da Bahia. O movimento social denuncia que a propriedade, que tem 1.700 hectares, é improdutiva, e está

abandonada há mais de 15 anos.

O dono da fazenda acionou o Judiciário pedindo a reintegração de posse, mas antes mesmo de ser concedida a liminar, no dia 03 de março, os ruralistas da região organizaram jagunços, que fizeram a reintegração de posse e retiraram os ocupantes, sob a observação da Polícia Militar.

O Programa Operário da Revolução Agrária

Os episódios acima evidenciam os limites da política de reforma agrária na fase de decomposição do capitalismo e em um país semicolonial. As ocupações de terra são duramente reprimidas pelos latifundiários, pelo Judiciário e pelos governos, mesmo por aqueles que se dizem defender a reforma agrária.

A classe operária tem um programa próprio para o problema de terra, que é o da Revolução Agrária: expropriação do latifúndio (seja “produtivo” ou “improdutivo”), sem indenização, e a nacionalização da terra. Só com a expropriação geral da propriedade latifundiária será possível realizar a aspiração democrática dos camponeses pobres do acesso à terra. Nas áreas onde houver o operariado do campo e a presença da produção social em larga escala, está colocada a tarefa de expropriação e coletivização da terra e da agroindústria. A unidade dos explorados da cidade e do campo contra a burguesia, a aliança operária e camponesa, é a forma para efetivar a Revolução Agrária, a destruição da ditadura de classe da burguesia e a instauração do Governo Operário e Camponês, expressão da ditadura do proletariado.

Pela libertação imediata de José Rainha e Luciano de Lima!

No dia 04 de março, a Polícia Civil de São Paulo - cumprindo mandados de prisão da Justiça Estadual - prendeu José Rainha Júnior e Luciano de Lima, dirigentes da Frente Nacional de Luta (FNL), na região do Pontal do Paranapanema.

A acusação da polícia e Justiça burguesa é de que ambos extorquiam fazendeiros da região. Curiosamente, a prisão ocorreu poucos dias após uma série de ocupações de terras promovidas pela FNL na região e que foi batizada pelo movimento de “carnaval vermelho”.

A FNL imediatamente denunciou que as prisões têm um caráter político e são represálias às mobilizações históricas e recentes do movimento.

As reintegrações de terras pela violência reacionária, a perseguição política e os assassinatos de militantes e dirigentes dos movimentos que lutam pela terra, mostram

que não há como garantir o direito elementar à posse da terra para aqueles que garantem a reprodução de suas condições de vida com a pequena produção agrícola, sem enfrentar à violência reacionária com a violência revolucionária e luta pela revolução agrária. Imediatamente está colocada a necessidade de constituir os piquetes de autodefesa dos camponeses pobres e sem terra. Os operários, fundamentalmente seu destacamento agrícola, devem não apenas apoiar esse direito como organizar manifestações e ocupações para impor ao Estado a imediata solução às reivindicações camponesas.

O PPRI se solidariza com os militantes presos e com a FNL e exige a libertação imediata de José Rainha e de Luciano de Lima!
Abaixo a repressão estatal e paraestatal aos que lutam pelo direito à terra!

Aumento do desmatamento na amazônia e cerrado A burguesia é incapaz de preservar o meio ambiente

Dados mostram aumento do desmatamento em fevereiro

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) divulgados no início de março apontam que, só em fevereiro deste ano, foram desmatados 321,9 km² na Amazônia. Isto representa um aumento de 62%, em relação ao mês de fevereiro de 2022.

Áreas Alertas DETER			
Ano	Janeiro	Fevereiro	Total
2016	229	115	344
2017	58	101	160
2018	183	146	329
2019	136	138	274
2020	284	186	470
2021	83	123	206
2022	430	199	629
2023	167	322	489
Total	1570	1330	2900

* Alertas nas categorias desmatamento com solo exposto, desmatamento com vegetação e mineração. [1]

Os Estados mais desmatados foram: Mato Grosso (161,8 km²), Pará (46,4 km²), Amazonas (31,1 km²) e Roraima (31,1 km²).

No Cerrado, o quadro foi ainda mais drástico, com 557,8 km² desmatados: Bahia (268,2 km²), Tocantins (67,5 km²), Piauí (63,2 km²) e Maranhão (51,6 km²).

Os dados provisórios, obtidos pelo sistema Deter do INPE, são colhidos praticamente em tempo real, tomando por base imagens de satélites. Os dados consolidados são divulgados duas vezes por ano. Apesar de provisórios, os dados indicam uma tendência de aumento do desmatamento na Amazônia e Cerrado.

As razões por trás dos desmatamentos e seus autores

Os estudos e especialistas são unâimes em apontar que o principal objetivo da devastação dos biomas é explorar a terra para a atividade agropecuária (carne, leite e soja). No estado de Rondônia, por exemplo, a produção pecuária cresceu 300%, entre 2010 e 2021, expandindo a fronteira da produção agrícola à custa da destruição de biomas. Também destacam-se como fatores do desmatamento a exploração madeireira e de minerais, o denominado “extrativismo”.

Além disso, um estudo do INPE de 2019 apontou que as grandes propriedades rurais são responsáveis por 64% da devastação no Cerrado. No mesmo sentido, um estudo realizado pelo Instituto do Meio-Ambiente de Estocolmo apontou que, na Amazônia, os grandes pecuaristas são responsáveis por 70% da devastação, e os médios cultivadores de soja, por 10%.

Como se vê, as políticas de expansão das atividades econômicas na região do Cerrado e da Amazônia

respondem aos interesses materiais particulares dos grandes capitalistas e do imperialismo, mas também à ação predatória de médios capitalistas à procura de lucros rápidos, adquiridos com pouco investimento de capital.

“Divisão” interimperialista sobre o controle das florestas no Brasil e o governo Lula

Há uma “divisão” entre as políticas das potências imperialistas sobre o controle e exploração das florestas e seus recursos naturais no Brasil. De um lado, há o imperialismo norte-americano, que se expressava abertamente durante o mandato de Trump, que defende a desregulamentação do setor, a liberação da exploração e saque das riquezas naturais imediata para extração de riquezas e mais-valia, o uso ilimitado de agrotóxicos e o consequente enfraquecimento dos órgãos e leis fiscalizadoras. De outro, há a política do imperialismo europeu apresentado sob o rótulo de “desenvolvimento sustentável”, que se materializaram na criação do “Fundo Amazônico” em 2008 (fundo de investimentos de capital para suposta preservação dos biomas), na implementação de ONGs nacionais e internacionais de “defesa” do meio ambiente e na exploração “regulada” e “controlada” dos recursos naturais.

Essas “diferenças” dizem respeito a maior ou menor influência das frações da burguesia imperialista, em relação à posse e controle efetivo dos recursos naturais, e que se espelham na maior ou menor subordinação dos governos a tal ou qual fração monopolista. A “ofensiva” do imperialismo norte-americano objetiva ampliar seu domínio sobre os recursos, deslocando a fração imperialista europeia. Por sua vez, a fração da burguesia imperialista europeia apoia-se nos movimentos “ambientalistas” e em amplos setores da população que genuinamente se preocupam pela preservação dos biomas e as florestas da depredação desenfreada, apenas visando a impor limites a seu corrente monopolista, e garantir uma base política e legal para a exploração futura dessas riquezas. Não se trata, portanto, de que há um imperialismo “depredatório” e outro “responsável”. Tratam-se, diferentemente, de métodos e meios diferentes na luta concorrencial pela posse de fontes de matérias-primas e as reservas mundiais de riquezas naturais, objetivando garantir uma base material própria à reprodução ampliada de capitais e extração de mais-valia, em benefício de uma ou outra fração imperialista.

Na política burguesa nacional, tal divisão se expressou nas últimas eleições nas candidaturas de Bolsonaro, de um lado, e de Lula, de outro. Por detrás de cada candidatura, vemos, assim, a ação do imperialismo e de suas frações, não havendo, portanto, espaço para

a expressão da soberania nacional, que é uma tarefa democrática pendente, que nenhuma das frações da burguesia nacional pode encarnar.

A incapacidade da burguesia nacional de expressar um programa de defesa da natureza

O Governo Lula/Alckmin, para ser consequente com a bandeira de defesa da natureza, teria de chocar-se abertamente com as frações oligárquicas e as frações capitalistas, que hoje são as responsáveis pelas destruições.

No entanto, não o fez nos seus primeiros governos, e nem o fará no atual governo de Frente AmpliA. A política do governo é de conciliação e adaptação às oligarquias locais, ao mesmo tempo que estatiza e controla os movimentos sociais ligados aos trabalhadores sem-terra, ribeirinhos, povos originários, etc., que se chocam com os ruralistas.

Não há como no capitalismo haver uma exploração de fato “sustentável” das florestas, biomas e riquezas naturais. As leis da queda tendencial da taxa dos lucros e a luta concorrencial monopolista exigem dos capitalistas se apropriarem e explorarem agressivamente toda e qualquer riqueza natural e fonte de matérias-primas, visando ao monopólio da posse de ainda mais meios e instrumentos de produção, de forma a garantir uma maior extração de mais-valia na produção social. Por outro lado, a exploração “responsável” e racional desses recursos exige elevados investimentos de capital e técnicas de produção mais avançadas, capazes de garantir uma elevada produtividade, com uma destrui-

ção mínima das fontes e riquezas naturais do planeta, o que alavanca o aumento do capital orgânico e agrava a crise de superprodução de valores. Eis porque a planificação racional da exploração das riquezas naturais e de todos os processos produtivos em seu conjunto exigem acabar com a anarquia da produção capitalista. Somente um Estado operário poderá abrir caminho à exploração sustentável, racional e planificada da natureza e reduzir ao mínimo imprescindível a destruição das condições naturais de existência. A planificação da economia permitirá o uso intensivo e concentrado da tecnologia existente, de forma a reduzir drasticamente as áreas destinadas à exploração de recursos naturais, de forma que a maior parte das terras será destinada à preservação da natureza.

A defesa imediata e real do meio ambiente depende da luta dos oprimidos e explorados contra os latifundiários e grandes empresas nacionais e internacionais. Os sem-terra, populações ribeirinhas, povos originários, etc. que vivem e dependem da preservação e exploração em pequena escala desses recursos naturais se chocam com os interesses da burguesia, nacional e internacional. Essa luta deve confluir com a luta das massas, sob sua estratégia própria de poder, que conduz à revolução proletária, socialista, que permitirá, por meio da nacionalização da propriedade dos meios de produção e de todas as terras, estabelecer uma planificação econômica que permitirá a exploração racional da terra e as vastas riquezas naturais, de forma a garantir as necessidades de toda a população e a preservação da natureza e o futuro da humanidade.

SINDICAL

A luta pela formação de uma oposição revolucionária nos sindicatos de professores estaduais e municipais

Lula deixou claro que defende-rá a aplicação das contrarreformas aprovadas sob os governos de Temer e Bolsonaro, ainda que modificando tal o qual aspecto, ou outorgando alguma ou outra concessão e migalha para as direções sindicais abortarem as tendências de luta das bases. Para cumprir esse objetivo, conta, de um lado, com o apoio de uma ampla frente da burguesia, e, de outro, com uma ampla aliança de correntes e burocracias governistas nos sindicatos atreladas à defesa de seu governo.

Uma característica distintiva do novo governo burguês encabeçado

pelo caudilho petista é que desta vez não precisa exigir das direções sindicais que se submetam à defesa das medidas de seu governo. Pelo contrário, são essas que oferecem voluntariamente a colaboração de classes à frente ampla da burguesia, em nome da “defesa da democracia” e de combater as “forças golpistas” que ameaçam a estabilidade do governo dito de “democrático e popular”. No entanto, grande parte das forças de base do bolsonarismo hoje reaparecem como aliados do governo Lula/Alckmin. Não o fazem por convencimento ideológico, mas por interesses bem claros: participar da divisão de cargos

no aparato do Estado, receber verba pública, em troca de apoio a determinadas leis e medidas. Enquanto a “democracia” é hoje defendida por grande parte das forças burguesas que deram o golpe em 2016.

Sempre coube às burocracias sindicais a tarefa principal de impor no interior dos sindicatos os acordos favoráveis ou toleráveis pelo patronato, ora traindo as greves, ora destruindo a democracia operária. Contra as traições e em defesa de “sindicatos para a luta”, formaram-se inúmeras correntes classistas e anti-burocráticas que conformaram boa parcela das oposições sindicais. Mas, agora

o cenário é outro: parte significativa delas se acham integradas ou apoiam o governo burguês de Lula/Alckmin.

Vejamos o exemplo da fração que surgiu da cisão do PT, denunciando as traições dos governos de Lula contra os operários e demais trabalhadores, e formou o PSOL como um partido para lutar pelas reformas, as reivindicações dos trabalhadores e a “democratização do Estado” que o petismo abandonou. Hoje, retornam ao leito governista e petista, em um momento em que o PT se orienta a aplicar uma política ainda mais anti-operária e antipopular que na época em que decidiram sair do PT.

É esse processo que estamos observando acontecer no interior dos sindicatos de professores do Estado de São Paulo (Apeoesp) e da Prefeitura da capital (Sinpeem). Enquanto a integração de parte do PSOL à burocracia petista (o PCO há tempos é a quinta coluna dela) produziu uma ruptura na Oposição desse sindicato, empurrando o PSTU/correntes internas do PSOL/POR/LOI/Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora (CSM-GL)/MRT/independentes etc. a conformarem uma chapa indepen-

dente do governismo e da burocracia cutista, grande parte dessas correntes (com exceção da LOI, CSM-GL e setores independentes) se orientam a formar, nas eleições regionais, uma frente eleitoral oportunista com as correntes que na Apeoesp se fundiram com o petismo.

As reviravoltas oportunistas dos psolistas se combinam com as realizadas pelo PSTU, MRT, POR, etc. Suas vacilações, no momento de romper, no Sinpeem (S. Paulo), com as correntes que abraçaram a burocracia petista, demonstra como se impõem os cálculos aparelhistas à tarefa de constituir e fortalecer uma oposição revolucionária de enfrentamento a todas as frações da burocracia sindical (as correntes que se integraram Articulação na Apeoesp passaram a conformar um destacamento dessa burocracia), e de real independência política e organizativa perante todos os governos de plantão.

Por isso, coloca-se como irrenunciável para as correntes e partidos classistas e revolucionários, que lutam pela real independência de classe, tanto na luta prática como nas eleições sindicais, a tarefa central

... coloca-se como irrenunciável para as correntes e partidos classistas e revolucionários, que lutam pela real independência de classe, tanto na luta prática como nas eleições sindicais, a tarefa central de batalhar pela formação e consolidação de frentes únicas de luta para combater e derrotar qualquer seja a fração da burocracia e qualquer seja o governo burguês.

de batalhar pela formação e consolidação de frentes únicas de luta para combater e derrotar qualquer seja a fração da burocracia e qualquer seja o governo burguês.

Não será possível fazer de fato a defesa das reivindicações dos trabalhadores ao mesmo tempo em que se defende o governo que as ataca. A luta pela real independência de classe se coloca como condição para levantar honestamente as bandeiras que expressem as reais necessidades das massas.

Burocracia do Sinpeem dá continuidade às ações golpistas

Após iniciar o ano letivo com uma reunião do Conselho (Fevereiro), que foi transformada em assembleia para aprovação da Comissão eleitoral, Claudio Fonseca/Cidadania continuou golpeando a categoria nas reuniões em março, sem cumprir as pautas que tinham como centro a campanha salarial.

Reunião de representantes de Escola – 08 de março

No dia 8 de março, foi realizada a primeira reunião de representantes de escola (RE), de forma virtual, com uma palestra de mais de uma hora de informes já conhecidos pela categoria, sem nenhuma possibilidade de intervenção da base, nem das correntes opositoras. Isto enquanto a categoria vem sofrendo diariamente com as manifestações da crise econômica e social no interior das escolas, combinada com a falta de recursos humanos e materiais, que tem intensificado a piora das condições de trabalho e ensino. Diante desse quadro, o que se esperava minimamente é que os trabalhadores pudesse denunciar as mazelas, deliberar e

propor reivindicações e ações de enfrentamento a elas, porém, em seu lugar, passam horas ouvindo a leitura de um plano de lutas, que fora aprovado por consenso entre situação e setores de oposição (PSOL/PSTU) no último congresso do sindicato, sem que a categoria pudesse se manifestar e decidir, e que não passa de letra morta – um plano de lutas sem luta.

A virtualidade é um dos elementos que tem possibilitado a burocracia ampliar seu controle anulando por completo a democracia sindical. Importante lembrar que o SINPEEM ficou fechado, literalmente, por quase 2 anos (2020/2021). Mesmo após a reabertura das escolas, se manteve fechado ao longo de 2021, quando ocorreram duas greves da categoria, sem o funcionamento de nenhuma das instâncias de deliberação. E em 2022, com as escolas em pleno funcionamento e a categoria amargando as derrotas das últimas greves, sob uma dura reposição de aulas, a burocracia inaugurou as reuniões de RE e Conselho virtuais, por meio do youtube, onde o controle e cerceamento das falas atingiu o mais alto grau de burocratização: ninguém sabe quem

se inscreve e a maioria dos que conseguem se inscrever muitas vezes são os escolhidos pela diretoria, e quando são da oposição, não conseguem se pronunciar em função de supostos “problemas técnicos”. Ficou ainda mais fácil para os burocratas transformar as reuniões em palestras e monólogos do presidente do sindicato.

Reunião do Conselho Geral – 14 de março

A segunda reunião do conselho geral do SINPEEM, também convocada com a pauta da campanha salarial, serviu única e exclusivamente aos interesses da burocracia sindical, de organizar o processo eleitoral para novo mandato da diretoria.

A reunião foi marcada por sucessivos golpes, a começar pela aprovação do Regimento Eleitoral, com data para uma eleição já no dia 05/05, e pela internet, com apenas um ponto presencial de votação na cidade. As correntes de oposição buscaram intervir, fazendo destaques para garantir que a eleição fosse presencial, com dispensa de ponto, e com a garantia de pontos fixos de votação em todas as regiões da cidade, mas perdeu todas as votações, já que a burocracia tem maioria no conselho.

Após esse primeiro golpe, já preparando o segundo, Claudio Fonseca deu abertura a algumas falas, solicitadas por membros da oposição, para discutir a reforma do Ensino Médio, porém, sem nenhuma deliberação coletiva e resolução prática de enfrentamento. Em seguida, aplicou o segundo golpe: apresentou duas propostas de alteração ao Estatuto da entidade, com o próprio presidente reconhecendo que essa mudança deveria ocorrer em uma assembleia, mas que não teria “tempo hábil” para isso.

A primeira alteração apresentada era de ampliar para 4 anos o mandato da direção, que até então era de 3 anos, justificando que a maioria dos sindicatos já fizera essa adequação. E por fim, apresentou a criação de mais duas secretarias, de Assuntos Raciais e Diversidade e de Assuntos da Primeira Infância, justificando que a criação dessas secretarias foram reivindicações

dos setores de oposição aprovadas no último congresso. Essa segunda alteração compareceu nos fatos como migalha jogada à Unidade da Oposição, para que fosse aprovado o que de fato interessava para os burocratas, que era a ampliação do mandato.

A Corrente Sindical Marxista Guillermo Lora interveio nesta reunião, denunciando os golpes e exigindo, por meio de uma questão de ordem, que fosse garantido o debate em torno da campanha salarial, que foi colocada apenas para os últimos minutos da reunião. Nossa defesa neste ponto foi para que houvesse convocação de Assembleia no dia 22 de março (Dia nacional de luta convocado pela CNTE), para que a categoria pudesse deliberar sobre a campanha salarial, e depois se somasse ao ato da CNTE. Nenhuma outra corrente defendeu essa proposta. Assim, a reunião foi encerrada, sem encaminhamento de votação neste ponto, com a justificativa da direção de que o SINPEEM apenas participará do ato da CNTE, e que a assembleia será convocada em momento oportuno, pois, a data base da categoria é em maio.

Portanto, de maneira geral, avaliamos que o maior fechamento das instâncias deliberativas é uma das manifestações que expressa o avanço à centralização burocrática, que impõe uma maior estatização dos sindicatos. Enquanto o aceleramento para realização da eleição da direção é justamente para que ocorra antes da data base da categoria, pois, o burocrata já sabe que não terá nenhuma margem de negociação salarial com o governo.

Neste sentido, não nos resta outra saída, senão a de continuar denunciando à categoria mais esses ataques à democracia sindical, dar a luta pela recuperação da democracia de base e convocar à vanguarda da categoria a construir uma fração classista e revolucionária, baseada na real independência de classe, que cumpra a tarefa estratégica de recuperar o sindicato das mãos dos burocratas, para colocá-la a serviço dos interesses coletivos, da organização da luta, com os métodos da ação direta, para impor as reivindicações da categoria.

Plenária da Oposição Combativa SINPEEM

Foi realizada, no dia 18 de março, a 2ª plenária da Oposição Combativa, frente de luta composta pelas correntes minoritárias de oposição que atuam no SINPEEM (Vozes da Base, independentes, anarquistas, LOI, CSM, POR e MRT), que se aproximaram organizativamente num contexto de fechamento do sindicato pela burocracia, e de assimilação do imobilismo imposto pela burguesia durante a Pandemia por parte dos setores majoritários da oposição (Unidade da Oposição, composta majoritariamente pelas correntes do PSOL/ PSTU), que se expressou nas atividades virtuais, durante o período pandêmico.

A atuação dessa frente na greve passiva de 2021 (greve sanitária), sustentada pela política burguesa e

pequeno-burguesa do “fica em casa”, apontou a necessidade de impulsionar as lutas em defesa das reivindicações da categoria, e contra a destruição de direitos, por meio da ação direta, e assim tentar romper com o imobilismo da direção e governos, sustentada na política burguesa do isolamento social (quarentena de classe). Essa atuação se deu por meio da realização de atos na porta do SINPEEM, exigindo sua reabertura, além de ações regionais nos comandos de greve.

No final de 2022, foi dado um primeiro passo organizativo para consolidação de fato dessa frente de ação, conformando a Oposição Combativa, com a realização de uma primeira plenária, na perspectiva de ampliar a unidade com outras correntes oposicionis-

tas, em torno dos princípios da democracia operária e da independência de classe, logo após a realização do congresso ultra burocrático do SINPEEM, que terminou com um plano de lutas acordado entre a burocracia e setores majoritários da Unidade da Oposição, condicionado pela defesa da “democracia” e a disputa eleitoral inter-burguesa na esfera nacional.

A posse de Lula e a integração do PSOL à estrutura do governo burguês precederam a segunda plenária, que tinha como objetivo original dar continuidade à organização da luta pela retomada das instâncias deliberativas do sindicato e, consequentemente, o enfrentamento aos ataques dos governos. Em meio à preparação dessa plenária, aconteceram ainda as reuniões de representantes e de conselho geral da entidade, no início do ano letivo, onde fomos atropelados pela burocracia, pelo debate em torno das eleições para diretoria (mandato 2023-2027).

Neste sentido, essa segunda plenária não se furto da tarefa de aprofundar o debate programático da frente, assentado em princípios e acordos comuns, que permitissem continuar atuando coletivamente com real independência de classe, por meio da democracia operária e dos métodos da ação direta. Mas, agregou ao debate, como deveria ser, a intervenção dessa frente nas eleições da diretoria do SINPEEM.

No primeiro ponto de debate, os acordos de princípios foram aprovados sem grandes divergências, pois, partiu da compreensão comum, baseada na análise de conjuntura, quanto à necessidade do fortalecimento de uma frente sindical classista e independente de todos os governos, pois, enfrentaremos um período em que as ilusões democráticas em torno da democracia burguesa e do governo Lula/Alckmin são fortes, substituindo a luta direta nas ruas pela pressão parlamentar e as negociatas por dentro dos governos. Daí a importância da Oposição Combativa se consolidar como uma oposição revolucionária, o que passa por não alimentar nenhuma ilusão na frente ampla burguesa, nem submeter a ação das correntes opositoras à governabilidade de Lula/PT, que continuará o curso das contrarreformas, com um amplo apoio no interior das organizações de massas, por meio da subordinação de suas direções burocratizadas e dos partidos integrados a seu governo, dando continuidade às políticas de terceirização dos serviços, privatizações, arrocho salarial e ataque aos direitos.

Após conformada a frente, sob a base de princípios gerais da luta de classes, cabia então debater como essa se expressaria nas eleições sindicais. Foi este ponto que acabou por revelar duas posições divergentes.

De um lado, apresentou-se a defesa da unidade das oposições condicionada à real e efetiva independência de classe frente aos governos, o que significa combinar a luta contra burocracia sindical com um programa e métodos consequentemente classistas de enfrentamento aos governos municipal e estadual, e de clara

definição como oposição revolucionária ao governo Lula/PT. A verdadeira unidade classista está condicionada aos princípios da real independência de classe, da democracia operária e dos métodos da ação direta, o que nos obriga a travar uma luta dura na Convenção das oposições, para que as correntes do PSOL rompam com sua subordinação ao governo Lula, e para que a unidade das oposições nas eleições não sacrifique a independência de classe ou se furte de combater contra todas as frações burocráticas que apoiam um ou outro governo nos sindicatos. Eis porque não há como antecipar a possibilidade de composição da Oposição Combativa com a Unidade da Oposição.

De outro lado, se manifestou outra posição, apresentada pelo MRT e POR, que defendiam os mesmos princípios da luta de classes, mas submetidos, na prática, à necessidade maior da unidade de todos os setores de oposição para o enfrentamento à burocracia sindical do Sinpeem. Os argumentos colocados foram: a) Que a burocracia do SINPEEM é base do governo municipal direitista de Nunes/PSDB; b) Que sempre houve diferenças entre as correntes de oposição, mas que a unidade preserva a liberdade de crítica de cada corrente; c) Que o apoio ao governo Lula que levou à unificação do PSOL em uma chapa com a burocracia da APEOESP, e a defesa da independência de classe por suas correntes no SINPEEM, é uma contradição dos psolistas, e não do conjunto da unidade da oposição; d) Que a política revolucionária precisa se manifestar ao interior da unidade da oposição, mesmo que seja em convivência com o governismo; e) Que a unidade é uma necessidade colocada pela base para derrotar a burocracia. E que, portanto, não podemos nos colocar como divisionistas; f) Que é preciso acatar as decisões aprovadas na convenção e não se pode romper uma frente por perder uma posição.

Essa divergência não foi resolvida na plenária da Oposição Combativa, o que significa que se manifestará na Convenção eleitoral das Oposições. Mas, é obrigatório responder a essas colocações, para demonstrar quanto o fetichismo da unidade acaba por comprometer as correntes que o defendem, negando na prática a real independência de classe que dizem defender.

A burocracia do Sinpeem é base de apoio do governo direitista na Prefeitura. Mas, a burocracia da Apeoesp o é em relação ao governo da frente ampla burguesa que governa o país. São duas frações burocráticas que

Se não se exige do PSOL romper com o governo burguês de Lula, para assim demonstrar que estão dispostos a defender a independência de classe no Sinpeem, a unidade eleitoral servirá aos interesses de uma fração da burocracia contra outra, ou seja, à luta inter-burguesa entre duas forças políticas da burguesia que confluem na destruição das condições de vida da categoria.

se diferenciam do governo burguês de plantão ao qual apoiam. Se não se exige do PSOL romper com o governo burguês de Lula, para assim demonstrar que estão dispostos a defender a independência de classe no Sinpeem, a unidade eleitoral servirá aos interesses de uma fração da burocracia contra outra, ou seja, à luta inter-burguesa entre duas forças políticas da burguesia que confluem na destruição das condições de vida da categoria.

A suposta “contradição” do PSOL não existe. No Sinpeem, o PSOL está em oposição à fração burocrática que é base política do governo da Prefeitura, assim como os vereadores do PT e PSOL são oposição na Câmara de Vereadores, como parte de uma mesma instituição burguesa. A contradição é do PSTU, MRT, POR e as correntes que estão dispostas a rifar a independência de classe, em nome de derrotar (eleitoralmente) a burocracia do Sinpeem, ainda que isso signifique ter à cabeça da chapa a expressão política do governismo lulista e uma apoiadora e aliada da burocracia do PT em outros sindicatos.

Não é possível que correntes que apoiam governos burgueses e aquelas que defendem sua derrocada revolucionária possam confluir juntas na luta pela direção

do sindicato. A unidade para as eleições, assim como acontece na luta contra a burocracia e os governos, deve corresponder a objetivos e programas de classe claramente delimitados. Nessas circunstâncias, a “Liberdade de crítica” serve apenas de autojustificativa às correntes para fazer parte de uma frente sem programa de classe definido. Não há sindicato independente da burguesia se sua direção tem como força majoritária o governismo burguês.

Em definitivo, uma clara divisão (delimitação política) entre frentes com conteúdo de classe antagônicos é imposta pela conjuntura política, com a subordinação ao governo burguês de Lula por parte de uma das maiores forças oposicionistas do Sinpeem. Os partidos e correntes que se negam a abandonar a real independência de classe para constituir uma frente eleitoral vão se chocar com aqueles que subordinam esse princípio a unidades aparelhistas que se desfazem dele no dia seguinte das eleições. Enfim: os verdadeiros “divisionistas” são os que negam a dar uma expressão eleitoral à luta pela independência de classe, e não separam a política burguesa (sob qualquer forma que ela se apresenta) da política revolucionária do proletariado.

Manifesto da Corrente Sindical Marxista - Guillermo Lora à plenária da Oposição Combativa

O fortalecimento da unidade de uma vanguarda classista no interior do SINPEEM é fundamental para o enfrentamento aos ataques do governo e a política de colaboração de classes da burocracia sindical, encabeçada por Claudio Fonseca/Cidadania.

As correntes de oposição que atuam no SINPEEM se têm colocado como linha de frente nas lutas da categoria, bem como, em maior ou menor medida, se têm contraposto à política de colaboração de classes da burocracia, que golpeia diretamente a democracia operária no interior do sindicato, e a independência de classe frente aos governos. No entanto, essa atuação não se dá no marco da unidade classista dos setores de oposição, e sim de forma fragmentada, nas greves e demais lutas, ou em situações pontuais, a exemplo das eleições sindicais.

Com a política de isolamento social, em 2020, a burocracia do SINPEEM fechou ainda mais as instâncias deliberativas da categoria, utilizando-se principalmente dos artifícios da virtualidade, para golpear duramente a democracia operária. O sindicato ficou fechado, literalmente, por quase 2 anos. Mesmo após a reabertura das escolas, o SINPEEM se manteve fechado ao longo de 2021, quando ocorreram duas greves da categoria, sem o funcionamento de nenhuma das instâncias. E, em 2022, com as escolas em pleno funcionamento e a categoria amargando as derrotas das últimas greves, sob uma dura reposição de aulas, a burocracia inaugurou as reuniões de RE e Conselho virtuais, por meio do youtube, onde controle e cerceamento das falas atingiu o mais alto grau de buro-

cratização (nestas reuniões virtuais ninguém sabe quem se inscreve, e a maioria dos que conseguem se inscrever não consegue se pronunciar em função de problemas técnicos). Ficou ainda mais fácil para os burocratas transformar as reuniões em palestras da direção.

É neste contexto que alguns setores da oposição vão se aproximando organizativamente, na tentativa de impulsivar as lutas por meio das ações diretas, buscando romper, mesmo que parcialmente, com a greve passiva, sustentada pela política do “fica em casa”. Essa organização levou à constituição da Oposição Combativa, que atuou na realização de atos na porta do SINPEEM, exigindo sua abertura, principalmente em meio à greve sanitária, no primeiro semestre de 2021, além das ações regionais nos comandos de greve. No final de 2022, organizou uma plenária, na perspectiva de ampliar a unidade em torno dos princípios da democracia operária e da independência de classe, logo após a realização do congresso ultra burocrático do SINPEEM, que terminou com um plano de lutas acordado entre a burocracia e setores majoritários da Unidade da Oposição, possibilidade sustentada pela defesa da “democracia”, em meio à disputa eleitoral na esfera nacional, trazendo de volta ao cenário da democracia burguesa o caudilho Lula/PT.

Neste sentido, o fortalecimento de uma frente sindical classista se faz cada vez mais necessária e urgente, pois, enfrentaremos um período em que as ilusões democráticas em torno da democracia burguesa, por meio da pressão parlamentar, tendem a se intensificar, substituindo a luta direta nas ruas. Daí a importância da Oposição

Combativa se consolidar como uma oposição revolucionária, o que passa por não alimentar nenhuma ilusão na frente ampla burguesa, assegurada pela governabilidade de Lula/PT, que continuará o curso das contrarreformas. Mas, diferentemente do governo Bolsonaro, contará com um amplo apoio ao interior das organizações de massas e a subordinação de suas direções burocratizadas. A centralização e estatização dos sindicatos pelo governo de frente ampla é um instrumento para levar ao interior dos sindicatos, por meio da negociação coletiva, os acordos propostos pelos governos, que são de ataques a classe (continuidade das políticas de terceirização dos serviços, privatizações, arrocho salarial ...).

Eis porque a conciliação de classes assume também uma nova forma política e novos métodos e táticas. Sob o governo Bolsonaro, a conciliação e traição de classe pelas burocracias assumia a forma de colaboração parlamentar. Sob o novo governo Lula, essa forma se complementa e se combina com a participação direta nos órgãos e instituições governistas, que decidem as medidas e políticas de governo. As direções sindicais burocráticas passam a ser os representantes institucionais e agentes do governo, dentro dos sindicatos e dos movimentos. Enumeramos alguns critérios e tarefas colocadas para a vanguarda classista:

1. Contra a tendência mais geral de estatização e subordinação das direções, e grande parte da oposição, que reivindicam um suposto caráter progressivo do governo burguês de frente ampla, se coloca como tarefa irrenunciável organizar a oposição revolucionária a Lula/Alckmin, que tenha por objetivo organizar os explorados sob um programa e métodos revolucionários no combate contra todos os governos burgueses e seus agentes políticos no interior dos sindicatos. Nos sindicatos, essa política deve assumir uma forma correspondente, a das frentes únicas de luta, baseadas em um programa comum de reivindicações dos explorados e nos métodos da ação direta. Não pode haver independência de classe apenas como formalidade, enquanto se impõe a colaboração e conciliação de classes com o governo em qualquer aspecto da vida e organização sindical.
2. Os sindicatos não podem submeter-se à política dos governos burgueses. Uma frente verdadeiramente classista e independente combate a subordinação do sindicato, dos movimentos e lutas, às necessidades de qualquer governo burguês, baseada no programa de reivindicações comuns da categoria, construído por meio da democracia operária, e impulsionado pelos métodos da ação direta.
3. A completa independência dos sindicatos exige, antes de mais nada, a independência política e organizativa dos governos, quer dizer, do Estado capitalista e instituições burguesas. Sem essa, a democracia sindical não é possível. Ou se defende consequentemente a real independência de classe, ou se acabará inevitavelmente servindo de instrumentos daqueles contra os sindicatos e movimentos.
4. A democracia sindical pressupõe que são as assembleias de base que devem deliberar, resolver e decidir não apenas o programa de reivindicações, mas os métodos a se

rem aplicados para impô-las. A extinção progressiva das assembleias amplia a burocratização dos sindicatos, e deixa nas mãos da burocracia e seus apoiadores as decisões, que acabam por impor os acordos realizados nos bastidores, entre governo e direções sindicais, quanto ao caráter do movimento e as negociações.

5. A democracia nos sindicatos pressupõe ainda o direito de livre manifestação e crítica, sem qualquer condicionamento, das posições divergentes. O mesmo diz respeito a uma frente de luta ou eleitoral. Eis como se preserva a unidade de ação baseada na democracia interna.
6. A defesa da ação direta corresponde aos métodos e táticas da luta de classes, por meio dos quais os explorados impõem suas reivindicações e garantem seu cumprimento pelos governos. A ação direta é a concretização e expressão da deliberação e resolução coletivas, realizadas nas assembleias. Correspondem aos métodos e objetivos da luta de classes. O contrário também é verdadeiro: a proeminência dos métodos burocráticos e as vias institucionais são a expressão dos interesses governistas no interior do sindicato. Ou as vias de intervenção institucional se subordinam ao método da ação coletiva de massas, ou esta acaba sendo deformada e destruída, em benefício da política das burocracias e interesses dos governos que, assim impõem suas medidas.
7. O elemento particular da nova etapa que se abre, com o novo governo de frente ampla, é que a conciliação de classes, desta vez, não apenas arrastou eleitoralmente, como subordinou a política sindical de grande parte das correntes que se reivindicam do classismo e do socialismo. Um setor representativo da oposição nos sindicatos, o PSOL, em maior ou menor medida, integra o governismo lulista, tanto nos ministérios, quanto no Parlamento. Dentro desse quadro, outras correntes tendem, mesmo estando fora da estrutura do governo, a confluir e a se subordinar a esse setor do governismo, sob diferentes justificativas, e assim, a reforçar a pata esquerda do governo burguês no interior dos sindicatos.
8. Organização ou frente intitulada classista que imponha à vanguarda o imobilismo em defesa da governabilidade de qualquer governo, ou confiar nas vias institucionais, ou em um acordo realizado sem qualquer fundamento democrático, deve ser denunciada e combatida como servicial dos governos burgueses. A unidade frentista, tanto para a ação, quanto para as eleições, somente se pode concretizar sobre a base da completa independência dos governos, e um programa e métodos consequentemente classistas. A unidade é uma necessidade que surge das condições de luta das massas para enfrentar e derrotar as manobras da burocracia e do Estado burguês. A política frentista decorre dessas condições, e não das particularidades de determinados governos.
9. A existência de uma oposição classista é um ato político imposto pela luta consequente da vanguarda apoiada nas bases. Isto exige de uma frente classista uma relação permanente e estreita com os trabalhadores, defender suas reivindicações e desenvolver a confiança em seus próprios métodos de luta. Nisso se resume o trabalho de educação revolucionária no interior dos

- sindicatos e da vanguarda que neles se destaca.
10. A unidade deve ter sempre um conteúdo de classe definido e servir a um objetivo preciso. Caso sirva ao governo, trata-se de uma política dependente de suas imposições e necessidades. Caso rompa com a subordinação ao governo e desenvolva a luta de classes, serve aos trabalhadores. Por isso, para a Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora, o esforço pela conformação de uma frente de luta com expressão conjuntural nas eleições sindicais precisa ser baseada na real independência, na democracia operária e nos métodos de ação direta.
11. Uma frente classista deve basear-se em consignas e bandeiras que desenvolvam a luta, ajudem a elevar a consciência e avançar à independência política dos trabalhadores perante qualquer governo burguês. Exclui ainda qualquer manobra organizativa, conciliação teórica ou submissão às ilusões dos trabalhadores em determinados governos, pelas suas diferenciações quanto à sua forma política. Não se trata de forjar a unidade a qualquer custo, e contra princípios caros e irrenunciáveis dos classistas e revolucionários. Mas, de forjar a unidade classista sobre a base de princípios políticos e organizativos que permitam a ação coletiva, uma plataforma de reivindicações comum, e uma luta ferrenha contra os governos e direções burocráticas frente à política de conciliação de classes.

Portanto, a Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora/PPRI defende como pontos gerais, que permitem a defesa coletiva:

- *Reabertura do sindicato (instâncias) - combate à virtualidade*
- *Democracia Operária*
- *Independência de classe – frente aos governos*
- *Métodos próprios da luta de classes - ação direta*
- *Liberdade de crítica a todas as correntes que compõem a frente*

Como reivindicações da categoria defendemos:

- *Revogação das reformas trabalhista, previdenciária e lei da terceirização*
- *Abaixo o confisco aos aposentados*
- *Abaixo a política de privatização e terceirização dos serviços*
- *Fim dos convênios na Educação Infantil e devolução dos prédios públicos utilizados pela rede indireta*
- *Trabalho igual salário igual*
- *Reajuste salarial com reposição de todas as perdas*
- *Ampliação de módulo de professores e ATES, de acordo com as necessidades de cada unidade escolar*
- *Supor te necessário para inclusão das crianças com deficiência - garantia de profissionais que auxiliem o professor no atendimento educacional especializado*
- *Redução do número de alunos por sala - máximo de 15 crianças nos CEIs (Minigrupo II) 20 crianças nas EMEIs e 25 nas EMEFs*

GOVERNO FEDERAL IMPÕE UM REAJUSTE E ENCERRA O JOGO DE CENA DA “NEGOCIAÇÃO”

Em 14 de março, o governo federal, por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas, encaminhou a proposta oficial do governo quanto à pauta de reajuste salarial. Indicou um reajuste linear (ou seja, para todos, e independente das perdas salariais de cada categoria), no valor de 9% sobre a atual remuneração, valendo a partir de 1º de maio de 2023. Também reafirmou o reajuste do Auxílio Alimentação em R\$ 200,00, passando de R\$ 458,00 para R\$ 658,00, com mesma previsão de data.

No comunicado oficial, o governo reforçou que este reajuste está atrelado à aprovação de Projeto de Lei no Congresso Nacional, para alterar a Lei Orçamentária Anual de 2023. Ou seja, encerrada a negociação com o Executivo, o problema passa para o Legislativo, que deveria aceitar também a mudança na LOA – 2023. Por fim, explicou que a lei não prevê retroatividade, então, quanto mais as entidades representativas demorarem para se pronunciar, mais demorará para se concretizar o reajuste.

Essa ação do governo dá um xeque mate na farsa das mesas de negociação com o funcionalismo federal. As duas entidades centrais na negociação, o FONACATE e o FONASEFE, agora são “responsáveis” pelo atraso no reajuste, que será bem menor do que os 26,9% exigidos pelos dois fóruns, que reúnem o grosso do funcionalismo federal.

Desde as reuniões de janeiro, com as Centrais e outras entidades sindicais, o governo deixou clara sua tá-

tica: apresentar índices e pontos que acha “aceitáveis”, e montar mesas de “negociação permanente”. Toda a burocracia sindical, da mais à esquerda a mais à direita, aceitou os termos do governo, e teceu altos elogios em relação à volta do “diálogo”. As Centrais, as Federações, os Fóruns e os sindicatos participantes das mesas não organizaram as assembleias dos trabalhadores, da classe operária, ou do funcionalismo, para levantar suas reivindicações salariais e por direitos, para apresentar ao governo. Ao contrário, vieram já com itens de pauta e índices de reajuste salarial que achavam “possíveis” para o novo governo “democrático”.

No caso das Centrais sindicais, por exemplo, não se convocaram as assembleias da classe operária para erguer o salário-mínimo vital, partindo do que o DIEESE aponta como salário-mínimo para uma família de 4 pessoas (hoje, calculado em R\$ 6,6 mil). Ao contrário, as Centrais apresentaram valores irrisórios, como a CTB, que justificou o valor de R\$ 1.347,00 com base no INPC e no PIB de 2021 (regra do Teto), ou a CUT, que defendeu o valor de R\$ 1.382,71, com base em perdas dos últimos anos. Vemos, assim, que é um governo descarado, que mantém a fome e a miséria das massas. No caso do funcionalismo federal, que possui direções mais à “esquerda”, com a presença de PSOL e PCB, o índice de reajuste apresentado estava em 26,94%, representando as perdas em relação ao último governo. Ignoraram-se

as perdas históricas, que ocorreram também nos governos petistas, partindo do que seria “plausível” para o atual governo.

Agora, apresentada a proposta, o que fazem os sindicatos e os Fóruns (FONACATE e FONASAFE) na negociação com o governo? Mesmo antes de nova reunião, já apontam que devem aceitar o índice, e já preparar a “campanha salarial de 2024”. Ou seja, ainda estamos no primeiro trimestre do ano, a campanha salarial não se transformou em mobilização nas bases, mas já foram aceitos os termos do governo.

O ANDES-SN, que faz parte do FONASEFE, indicou em sua última Circular, de 17 de março, que “O FONASEFE fez críticas à metodologia da negociação, que permanece em formato estranho à mesa de negociação, além de não ter avançado no conjunto da pauta e apenas reafirmando o apresentado no OFÍCIO SEI N° 4410/2023/MGI, excetuado o item sobre o reajuste. No âmbito do FONASEFE, ontem (15/03) aconteceu uma reunião que definiu: plenária presencial na data em que for fechada a assinatura do acordo, com objetivo de mobilizar para a campanha 2024. Como o governo não confirmou nova rodada de negociação para 20/03/23, o fórum marcou reunião para a próxima sexta-feira (24/03/23)”. Ou seja, a próxima reunião não é para tratar mais desta Campanha Salarial, mas a de 2024, porque já se confirmou a proposta do governo, mesmo antes de uma ampla rodada de assembleias das diferentes categorias.

No interior do ANDES-SN, que têm sua base fundamentalmente entre os docentes das universidades fede-

rais, não houve uma convocação, pelas seções sindicais, de uma “rodada de assembleias”. O máximo que as direções locais realizaram foi a divulgação das lives e dos informes das “mesas de negociação”. Em outras palavras, as direções que formam o FONASEFE (Fórum Nacional de Servidores Públicos Federais) criticam a “metodologia” do governo, mas já aceitam como um fato a sua proposta, sem qualquer mobilização das bases. É uma colaboração de classes disfarçada de “ação crítica”, que visa a não desgastar o governo “democrático”.

A ação do governo federal deve servir como parâmetro para ação dos governos estaduais e municipais, em relação ao reajuste do funcionalismo em todo país. Não só a “metodologia” serve para amarrar as direções sindicais, quanto as “propostas” servem para manter o arrocho salarial, e jogar o problema para o legislativo. A maioria dos governos estaduais está com as contas no vermelho, considerando o aumento de gastos, nos últimos anos, com a Pandemia e com as dívidas públicas, que devem ser renegociadas com o governo federal.

Responder ao arrocho salarial e à colaboração de classes das direções sindicais com os governos exige organizar as assembleias de base, levantar as reivindicações econômicas e utilizar os métodos da ação direta. As “negociações” sem mobilização são sempre uma farsa, que servem para realizar a conciliação das burocracias sindicais com os governos e os capitalistas. Devemos denunciar a farsa dessas “mesas” e impor a organização, a partir das bases, de toda Campanha Salarial.

FORMAÇÃO Curso de formação em Manaus

Em 11 de março, ocorreu mais um curso de formação política na UFAM de Manaus. Com a participação de professores e estudantes, o curso tratou de três capítulos do livro “O Estado e a Revolução”, de Lênin, e o texto de análise da situação internacional, publicado pelo PPRI, em formato de folheto, com posições desenvolvidas em dezembro de 2022.

Na primeira parte, foi feita a leitura e discussão dos capítulos “O Estado, produto do caráter inconciliável das contradições de classe”, “Destacamentos especiais de homens armados, prisões, etc.” e “O Estado – Instrumento de exploração da classe oprimida”, do livro de Lênin. Esta discussão inicial pôde ser ligada à compreensão histórica de que o Estado burguês é um instrumento de opressão e exploração, independente dos governos burgueses e de

suas “ideologias”. Que a existência do Estado está sempre ligada a uma violência sistemática de uma classe sobre as outras, e que não é possível “modificá-lo” por meio de eleições ou processos democráticos. Que a experiência da social-democracia internacional poderia ser aplicada ao caso do reformismo petista e de outros países da América Latina, provando que a maior parte dos explorados continua sofrendo brutal exploração e opressão, mesmo no mais “democrático” dos governos burgueses.

Na segunda parte, iniciou-se a leitura do texto “Pontos para uma Resolução Internacional”, escrito pela Fração G. Lora, quando ainda no POR, e publicado agora, como folheto, no PPRI. Um ponto central desta proposta de Resolução é o da compreensão do esgotamento da divisão do

mercado mundial entre as principais potências imperialistas e a necessidade de destruir forças produtivas nos países que realizaram a Revolução Proletária no passado, sobretudo Rússia e China, de modo a dar um fôlego para o capitalismo nestas potências, as quais, diante do retrocesso de suas forças produtivas industriais, buscam, por meio da destruição das economias chinesa e russa, um fôlego para, por meio da recomposição de forças produtivas em seus países, retardar a decomposição do modo de produção capitalista.

O curso de formação têm ocorrido quinzenalmente, devendo continuar a debater os dois textos, e buscando relacioná-los aos problemas das intervenções nas frentes e na análise das situações nacional e internacional, de modo a elevar politicamente a militância e os contatos.

Primeiro Curso de Formação Política da Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora do Litoral Norte

No dia 25/02/2023, foi realizado o primeiro Curso de formação política, no Litoral Norte de SP, da CSM-GL, na Subsede de Caraguatatuba da APEOESP. Nesta atividade, foi lançada a 1ª edição do Jornal “O Internacionalista”, órgão central do Partido Proletário Revolucionário Internacionalista (PPRI). Fizemos também uma breve explanação aos contatos sobre o PPRI. Colocamos em relevo a importância de manter o programa em defesa da maioria dos explorados, sem desvios, com a defesa da política operária, a única capaz de dar resposta a política burguesa e a crise mundial capitalista.

Destacamos três matérias do Jornal para o debate. Abaixo, seguem os destaques do estudo.

A primeira matéria debatida foi sobre a necessidade de fazermos oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin. As questões da política reformista e conciliadora do petismo foram trazidas para o debate mediante intervenção dos contatos, nos dando a oportunidade de demonstrar a guinada do PT à direita e a impossibilidade deste atual governo, diante da intensificação da crise econômica mundial, conceder o assistencialismo, como foi feito em outros momentos dos governos petistas. Explicamos que não há um sinal de igual entre os governos de Bolsonaro e Lula/Alckmin, porém, ambos são burgueses e possuem um caráter pró-imperialista, ainda que com distinção de grau.

A matéria traz um panorama do governo petista a partir de Dilma Rousseff, quando esta, mediante a crise que se estendia ao Brasil em 2014 e 2015, sofreu forte pressão da burguesia na aplicação de medidas antipopulares e antioperárias, após a crise aberta nos países imperialista em 2008 e 2009. Apesar de “adaptada” à política imperialista imposta, acabou sendo deposta de seu governo, através de um golpe institucional, para que os ataques com as contrarreformas aos explorados fossem cumpridos. Os dois governos

... não há um sinal de igual entre os governos de Bolsonaro e Lula/Alckmin, porém, ambos são burgueses e possuem um caráter pró-imperialista, ainda que com distinção de grau.

posteriores, o de Michel Temer e o de Jair Bolsonaro, aprovaram as contrarreformas da Educação do Ensino Médio, Trabalhista e Previdenciária. Neste contexto, ficou claro que as eleições burguesas servem à burguesia, e que as massas iludidas com o novo governo precisam tomar consciência de que este não será o “governo dos trabalhadores”, nem sequer nos moldes do passado.

Neste quadro, fica claro que os reformistas e centristas estão aliados ao governo atual, e assim contribuirão para o imobilismo dos sindicatos, e para não intervenção das ações diretas (método próprio) das massas exploradas.

Na 2ª matéria, tratamos da burocracia sindical, tema sempre presente nos cursos de formação política, dada a necessidade de esclarecer aos contatos que são, em sua maioria, professores e estudantes. O tema nos permitiu mostrar a burocracia encastelada nas direções sindicais, que vem abandonando o método de luta, das assembleias, greves, e ocupações, para substituir de vez, pelo método parlamentar e jurídico, conciliadores, o que faz com que as categorias de estudantes, professores e operários acumulem derrotas, e sejam traídos por essas direções

As mudanças na Educação, por exemplo, pós-pandemia, serviram à precarização dos salários e empregos no magistério, e o sindicato não ergueu uma ação consequente em defesa dos professores efetivos e contratados. Agora, diante da polarização da última eleição, as diferentes correntes de oposição no interior dos sindicatos se enfileiram atrás

do PT, com a ideia “oportunista” de combate ao “fascismo”. Dessa forma o desmantelamento das correntes de esquerda se aprofundou, e a APEOESP é um exemplo desse fenômeno.

Por último, abordamos a “catástrofe” que abateu as cidades do Litoral Sul e Norte de SP, nos dias 19 e 20 de fevereiro, em meio ao carnaval. A cidade mais atingida pelos deslizamentos das encostas serranas foi São Sebastião – Litoral Norte. A discussão do ocorrido girou em torno da raiz do problema, que é a miséria das massas e a especulação imobiliária, que obrigam os mais pobres, que sustentam o estilo de vida da burguesia invasora das praias, a ocupar os morros, o que ocasionou uma “tragédia” do capitalismo, que nestes momentos escondeu sua face assassina, diante da mortandade, que obriga os explorados a ocuparem as áreas de risco, por não terem condições de bancar as moradias, caríssimas, no litoral paulista, por terem salários de fome.

O litoral foi tomado pelas grandes mansões, hotéis, pousadas e pela Petrobrás. Essa burguesia invasora precisou e precisa de mão-de-obra barata, atraiu a população das regiões mais pobres do país, principalmente, norte de Minas Gerais e sul da Bahia. Com salários rebaixados e contratações precárias, foram forçados a habitar os morros nas áreas de risco.

Tais “catástrofes” não são uma novidade, o elementar é que nenhum programa de moradia foi pensado pelos governantes (Município, Estado e União) durante todas essas décadas de catástrofes naturais, que abatem os morros que abrigam cada vez mais a população explorada, que busca as regiões balneárias na tentativa de melhores condições de trabalho e vida. A escalada de catástrofes, cada vez piores, aumentou, diante da crise e dos desequilíbrios climáticos gerados pelo capitalismo.

Viva a revolução socialista proletária mundial!
Viva a CSM-GL!

A luta proletária e dos oprimidos do mundo todo precisa se voltar ao combate anti-imperialista e anticapitalista

A visita do presidente chinês à Rússia ocorreu em meio ao agravamento do intervencionismo imperialista na guerra da Ucrânia e ao acirramento das tendências bélicas ao redor de Taiwan.

O estreitamento das relações políticas e a extensão dos intercâmbios comerciais estabelecem um marco entre os dois mais importantes Estados Operários, que resultaram das revoluções proletárias do século XX. Houve expectativa de que Xi Jinping apresentasse a Vladimir Putin sua proposta de paz para a Ucrânia, e que o presidente russo a avalizasse. Supostamente, haveria então uma vitória diplomática da China, ao “disciplinar” Putin e a burocracia russa a uma posição que beneficiasse os interesses estratégicos chineses, visando a preservar as relações comerciais chinesas com a Ucrânia e a Europa. Ao mesmo tempo em que conseguiria apoio russo para “estabilizar” a região da Ásia central, centro geográfico da consolidação da rota comercial (“Rota da Seda”), que consolida as posições da China. A grande imprensa pró-imperialista afirmou que, se se alcançassem tais “objetivos”, a posição dos EUA e Europa se veria enfraquecida.

O Departamento de Estado norte-americano disse ser inaceitável qualquer proposta de paz de seus “adversários” estratégicos que não garantisse a retirada das tropas russas. A China se oferece para intermediar nas negociações, mas preservando os interesses da Rússia. Se será possível ou não à burocracia chinesa dar uma resolução aceitável às partes envolvidas na guerra, não há como estabelecer antecipadamente. Mas, algo ficou claro do encontro sino-russo: não há como a China compactuar com a retirada das tropas russas e a devolução dos territórios quando se orienta a avançar na integração de Taiwan (assimilando sua indústria de tecnologia para ampliar suas vantagens estratégicas). A China procura retardar, o quanto for possível, um conflito com imperialismo pela ilha sob disputa. A visita à Rússia faz parte desses planos. A consolidação da Rússia no cenário ucraniano e mundial é vista como uma trincheira favorável aos interesses chineses. Quanto à Rússia, o fortalecimento das relações bilaterais com a China garante escoar exportações e firmar sua economia. Apesar dos interesses nacionais particulares e da histórica desconfiança, o fortalecimento dos laços bilaterais é uma medida elementar na defesa desses países perante o avanço imperialista sobre suas fronteiras nacionais.

Isso explica os importantes acordos alcançados sobre a prestação de mútuo apoio à defesa das exigências e in-

teresses nacionais de cada país. Basta esta colocação para mostrar a confluência de interesses burocráticos no patamar mais elevado na história das relações bilaterais. A influência da Rússia e fundamentalmente da China demonstra a falsificação de que a guerra e as medidas econômicas contra a Rússia (sua economia continua crescendo) a converteriam em um “páris”. Enquanto a Rússia avança em negociações bilaterais com países da África, o reatamento das relações entre Irã e Arábia Saudita fica na conta da diplomacia chinesa. Ao mesmo tempo em que o imperialismo perdeu posições diplomáticas e sofre com a desagregação de sua economia, Rússia e China, agora aliadas de fato, ampliam sua influência no mundo todo.

Não é possível obscurecer o fato de que o fortalecimento – ainda que conjuntural – dos Estados Operários Degenerados no campo militar, econômico e diplomático coloca em melhores condições a defesa das conquistas revolucionárias contra a ofensiva do imperialismo, que objetiva destruir suas forças produtivas mantidas sob o envoltório da propriedade estatizada, a mais fundamen-

tal das conquistas do proletariado. É claro que a burocracia jamais poderá levar essa luta até às últimas consequências, por servir de instrumento e canal às tendências restauracionistas do capitalismo. Porém, a classe operária não pode abandonar a defesa de suas conquistas históricas, por mais podre e reacionária que seja a burocracia que usurpou o poder e expropriou o controle da economia estatizada do proletariado. O dever de todo revolucionário é o de defender a política de se colocar ao

lado da Rússia contra o imperialismo, sem nenhum apoio ao governo burocrático, mantendo as críticas aos métodos burocrático-militares e empunhando a estratégia da revolução política. A defesa dos Estados Operários e da economia nacionalizada ameaçados de destruição pelo imperialismo é uma tarefa irrecusável, e prepara as massas para em seguida apontar suas armas para derrubar a burocracia usurpadora, retomando assim o controle do Estado e a economia nacionalizada, por meio da Revolução Política.

É evidente, todavia, que a crise econômica mundial continua se agravando. As graves ameaças ao sistema financeiro dos EUA (que resultaram da queda de importantes bancos regionais) ameaçam acentuar a desagregação do capitalismo. Isto, no quadro de um salto do custo de vida das massas assalariadas, especialmente na União Europeia. Mas, as massas mostram-se dispostas a não permitir que se afunde na completa barbárie, resistin-

O dever de todo revolucionário é o de defender a política de se colocar ao lado da Rússia contra o imperialismo, sem nenhum apoio ao governo burocrático, mantendo as críticas aos métodos burocrático-militares e empunhando a estratégia da revolução política.

do aos ataques contra suas condições de vida e trabalho. Assim, as greves e manifestações se projetam e agravam os choques entre as classes antagônicas. Isto se passa enquanto o prolongamento da guerra impôs a crise aos regimes burgueses da Europa. O que, combinado à alta da luta de classes, abre situações convulsivas difíceis de contornar para as burguesias imperialistas. Para sobreviver, o capitalismo deve atacar mais fundo as massas, e se orientar, cada vez mais, a criar as condições para a destruição dos Estados Operários Degenerados, e assim abrir um válvula de escape no curso de sua decomposição.

Daí a importância de a vanguarda revolucionária compreender as bases objetivas e o conteúdo dos atuais conflitos bélicos e das tendências de luta, fixar uma clara posição de princípios, e desenvolver um programa revolucionário. Trata-se, em particular na Europa, de combinar a luta pela derrota do imperialismo e da OTAN na guerra

da Ucrânia (realizando paralisações da indústria da guerra, boicotando envio de armas, paralisando portos, etc.) à luta pelas reivindicações mais sentidas e comuns dos explorados. A derrota militar da OTAN enfraquece o imperialismo e fortalece a luta do proletariado europeu contra suas burguesias, aproximando-os do programa da revolução e ditadura proletárias.

No Brasil, temos a tarefa de denunciar e combater a subordinação do governo ao imperialismo, exigindo que sequer uma bala ou arma seja enviada à Ucrânia, e que se rompam todas as relações diplomáticas com os oponentes do mundo. Avançaremos à luta anti-imperialista desenvolvendo a luta de classes contra os capitalistas e seus governos. É com essa compreensão que os marxistas devem orientar-se na atual situação e desenvolver o programa e a linha que favoreça a estratégia revolucionária.

A quebra de bancos nos EUA revela nova bolha especulativa

Os noticiários econômicos sobre a quebra de bancos nos EUA e sobre uma possível crise no sistema bancário internacional se multiplicaram na última semana. A ação do governo norte-americano foi rápida e “acalmou os mercados”, ainda que não tenha revertido a queda das ações dos bancos nas Bolsas em todo o mundo. A ação coordenada de governos e do sistema financeiro não conseguiu ocultar completamente que a quebra e a insolvência de alguns bancos não é um fenômeno circunstancial, e que as ações tomadas não reverterão as tendências recessivas, mas esgotam mais rapidamente as supostas saídas encontradas.

Em 10 de março, o Silicon Valley Bank, o 16º maior banco do EUA, com ativos, no final de 2022, em torno de US\$ 200 bilhões, foi oficialmente fechado pelos reguladores do sistema bancário norte-americano. O banco, que recebia muitos depósitos e investimentos do setor de tecnologia dos EUA, e que teve seus ativos mais que triplicados entre 2018 e 2022, de US\$ 60 bilhões, para os US\$ 200 bilhões, vinha sofrendo com a diminuição de depósitos, desde o ano passado. Duas semanas antes de seu fechamento, o CEO do SVB vendeu US\$ 3,6 milhões em ações, antes de a instituição registrar o prejuízo líquido de US\$ 1,8 bilhão, com a venda de parte de seus investimentos (títulos que perderam valor com a subida da taxa básica de juros). Como um efeito cascata, o banco sofreu, então, com volumosos saques de seus correntistas (cerca de US\$ 42 bilhões nos dias que antecederam a quebra). Dois dias antes da falência, buscou captar US\$ 1,75 bilhão em venda de suas ações, mas a quebra foi inevitável.

Em 12 de março, um banco menor, mas, ainda assim, mediano, o Signature Bank, também foi fechado pelos reguladores do sistema bancário. Seus ativos, no final de 2022, eram estimados em US\$ 110 bilhões. Sofreu, como o SVB, um estouro de “manada”: saques volumosos e falta de liquidez. O banco também já era investigado por autoridades do governo, por lavagem de dinheiro.

O FED (Banco Central) e o FDIC (agência que garante os depósitos bancários) anunciaram que todos os clientes dos bancos quebrados receberiam todo o dinheiro investido. O FDIC estabelece um teto de US\$ 250 mil a todo cliente em caso de falência da instituição bancária, a exemplo do que faz o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), do Brasil. Ocorre que a maior parte dos clientes destes bancos tinham valores superiores aos US\$ 250 mil. No caso do SVB, 78% de seus depositantes não estavam garantidos e, neste caso, se fossem válidas as regras do “livre mercado”, perderiam todos seus investimentos. O generoso governo de Biden anunciou, porém, que todos receberiam, o que, sem dúvida, diminuirá o fundo do FDIC, já que apenas cerca de 50% de todos os depósitos do sistema bancário norte-americano são cobertos pelo fundo.

Após a quebra dos dois bancos, um terceiro banco também apresentou problema de liquidez, o First Republic Bank, com sede na Califórnia, como o SVB, que viu suas ações derreterem na última semana, mas, diferente dos dois anteriores, já conta com um aporte de US\$ 30 bilhões, vindo de outras 11 instituições financeiras, incluindo o poderoso banco JPMorgan. O problema é que, apesar deste aporte financeiro, as ações do banco fecharam em queda de 26%, no dia 17 de março.

Os três bancos estariam ligados, em essência, ao setor de tecnologia, embora este terceiro afirme que tenha uma base de investimentos mais “diversificada”, o que não podemos confirmar, já que há o “segredo contábil”, que só aparece quando das quebras. Antes deles, o Silvergate Bank “encerrou” suas operações na primeira semana de março. Embora fosse um banco menor, com cerca de US\$ 11 bilhões em ativos, no final de 2022, ele tinha, comprovadamente, 90% de sua base de ativos ligada ao setor de tecnologia, inclusive, ao ramo das criptomoedas, que vêm despencando desde o início de 2022. Em novembro do ano passado, a FTX, a segunda maior corretora de criptomoedas do planeta, faliu. Assim, os “ativos” financeiros dos

bancos dependem da economia real dos setores aos quais estão ligados. Sabemos que o setor de tecnologia nos EUA e em outros países está em crise.

Empresas de tecnologia perdem “valor”

Muitos economistas e editoriais burgueses querem fazer crer que se trata de um problema de “administração” dos bancos, e, portanto, circunscrito a um setor. Joe Biden chegou a afirmar que os executivos de bancos que vão à falência devem ser “multados e banidos”, por colocar em risco todo o sistema bancário, e que ninguém está “acima da lei”. Como o chefe da fração imperialista mais poderosa do planeta, Biden deve mesmo estar preocupado com a “saúde” do sistema bancário, porque não se opõe a que o Banco Central do EUA, o FED, anunciasse um aporte a bancos pequenos e médios, no valor de US\$ 2 trilhões. Valor aproximado ao que o FED também despejou no sistema bancário, no período da crise de 2007/2008, e que apenas sete países no mundo, em 2022, alcançaram como PIB.

Obviamente, se se tratasse de um problema pontual, ligado a má gestão, não teria o poder de contágio que pode ter, e cujos efeitos ainda não podemos avaliar na sua máxima extensão, tanto pelos “segredos e inconsistências contábeis” das instituições bancárias (como o caso do banco europeu Credit Suisse revela), quanto pela capacidade do Tesouro americano, o mais poderoso do planeta, de segurar a crise de liquidez dos bancos.

Para avaliar a extensão do poder de contágio, seria necessário conhecer a situação do setor de tecnologia e do ramo imobiliário dos EUA, dois setores chaves da economia, que produzem, de fato, riquezas que permitem a especulação financeira em alto grau.

A crise de 2007/2008, que também começou com a quebra de bancos e se alastrou, tinha como base o setor imobiliário norte-americano, e toda a jogatina financeira em torno dele. Sabemos, por exemplo, que há hoje um descompasso atual entre a venda de imóveis nos EUA, que está em queda há um ano, em relação ao valor dos imóveis, gerando uma bolha especulativa. Sabemos também que as empresas de tecnologia perderam “valor” em 2022: US\$ 4,6 trilhões foi a perda conjunta de Apple, Microsoft, Alphabet, Amazon, Tesla, Meta e Netflix. No caso destas empresas, houve uma “inflação” de suas ações, durante o período mais grave da Pandemia, de modo que voltam a patamares anteriores. Este insuflamento artificial de empresas de tecnologia levou a um insuflamento, também artificial, de bancos pequenos e médios, nos últimos anos, ligados a elas, criando igualmente uma bolha especulativa, que parece agora se desfazer. As dezenas de milhares de empregos diretos e indiretos do setor de tecnologia perdidos no último ano mostrarão ainda seu verdadeiro impacto no conjunto da economia norte-americana.

Se valessem as leis de “livre mercado”, a lei de concentração de capitais e de criação de monopólios se aplicaria ao setor bancário, e já teríamos, apenas nos EUA, como já ocorre em países atrasados, meia dúzia de bancos. No caso dos EUA, restariam, com certeza, os 4 maiores ban-

cos: JPMorgan, Citigroup, Bank of America e Wells Fargo. Mas, a mão “invisível” do mercado sempre é ajudada pela mão visível do Estado burguês. Se o programa de aporte de US\$ 2 trilhões do FED se realizar, teremos uma sobrevida para todo um setor bancário pequeno e médio nos EUA, o que gera a ilusão de um “livre mercado, diversificado e múltiplo”, o que, claramente, é uma fantasia produzida, ao se exaurirem as riquezas atuais e “futuras” do Tesouro americano (fruto, por sua vez, de setores produtivos da economia).

Renda variável e fixa e endividamento do Estado na crise bancária

A realização de maior ou menor prejuízo, assim como de maior ou menor “lucro”, depende sempre de uma estabilidade econômica e política, que é, por sua vez, sempre conjuntural. As decisões dos capitalistas individuais é sempre mediada por esta conjuntura. Depois da crise de 2007/2008, e da forte intervenção dos governos para salvar empresas e bancos, houve uma migração de investimentos em renda variável (ações de empresas) para renda fixa (certificados de depósitos e títulos públicos). Ocorre que a renda fixa sofre mais com o aumento da taxa básica de juros, porque se desvaloriza de forma imediata, quando de sua venda antes do prazo estabelecido.

É o que ocorreu com o Silicon Valley Bank, que precisou vender rapidamente seus ativos de renda fixa, realizando um prejuízo de quase US\$ 2 bilhões, para conseguir dinheiro para os saques. Um estudo de pesquisadores de universidades norte-americanas, publicado em 13 de março, “Monetary Tightening and U.S. Bank Fragility in 2023: Mark-to-Market Losses and Uninsured Depositor Runs?”, estima que os ativos do sistema bancário dos EUA são de US\$ 2 trilhões, menor do que o previsto nas carteiras de investimentos dos bancos. Isto é, se todos os bancos dos EUA precisassem vender seus ativos de renda fixa hoje, perderiam US\$ 2 trilhões, o mesmo valor que o FED disse que injetará no sistema bancário.

A curto prazo, o governo norte-americano, por meio do FED, contém a explosão da bolha especulativa do sistema bancário, dando-lhe liquidez para, eventualmente, “honrar” com seus investidores privados. A questão, no longo prazo, é que não pode fazer isso indefinidamente. Apesar de ter ainda o maior mercado de ações do planeta, os EUA começam a ver um esgotamento deste mercado, e mesmo de seus títulos públicos. No último trimestre de 2022, o mercado de ações estava no nível mais baixo desde 2020, e a dívida pública, impulsionada pela venda dos Treasuries, via um “desinvestimento”: Japão e China apresentaram retração quanto a estes títulos. China, por exemplo, pela primeira vez desde 2010, esteve com menos de US\$ 1

Se valessem as leis de “livre mercado”, a lei de concentração de capitais e de criação de monopólios se aplicaria ao setor bancário, e já teríamos, apenas nos EUA, como já ocorre em países atrasados, meia dúzia de bancos.

trilhão em títulos da dívida norte-americana, em 2022.

Seja em “renda fixa”, seja em “renda variável”, o capitalismo financeiro encontra-se em um beco cada vez mais estreito. A transformação da economia norte-americana, altamente industrializada, em uma economia financeirizada, que sofre com a desindustrialização, encontra limites na própria economia mundial capitalista. A quebra dos bancos revela que o processo de financeirização da economia esbarra na produção real de mercadorias, e de sua venda para mercados, cada vez mais estrangulados. Não há onde realizar “lucros”, cada vez mais artificiais, sem um lastro na economia real. O jogo especulativo, possível pela riqueza incomensurável produzida pelo proletariado mundial, tem alimentado crises cada vez mais intensas e próximas umas das outras. As “inconsistências contábeis” do banco Credit Suisse, com sede na Suíça, que tem também realizado prejuízos e solicitou um “socorro” de US\$ 54 bilhões para o Banco Central do país (valor maior do que a dívida pública da Argentina, por exemplo) revela que a bolha especulativa do sistema bancário é maior do que se imagina, e não está ligado estritamente a um país ou a um setor produtivo.

O fato de as Bolsas de Valores do mundo todo não reagirem, mesmo com toda a ajuda financeira dos bancos centrais, demonstra que a crise é mais profunda do que se imaginava, e pode ter repercussões mais imediatas do que se calculou no ano passado. Para fazer frente a estas ajudas bilionárias e trilionárias, os governos burgueses precisarão aplicar medidas de “austeridade fiscal” maior, porque precisarão garantir a liquidez das dívidas públicas de cada Estado, impondo mais contrarreformas e mais

rebaixamento salarial, de forma indireta ou direta.

Uma resposta a esta situação depende da organização e da política independente da classe operária diante das políticas adotadas pelos capitalistas e seus governos. Não interessa à classe operária e aos explorados dos países imperialistas e semicoloniais lutar em torno da política de juros ou de baixa ou alta inflação, essa discussão é parte da política econômica burguesa. Para os explorados, interessa lutar por salário-mínimo vital, pela escala móvel de reajuste, pela repartição das horas de trabalho entre todos os aptos, por mais direitos e serviços sociais. Apenas levantando suas reivindicações mais elementares e essenciais, por meio da ação direta, que os explorados do mundo todo e, em especial dos países imperialistas, que sofrem agora com as medidas dos governos, com a alta inflacionária, e com a perspectiva de aumento do desemprego e destruição de direitos, podem chocar-se com o sistema financeiro, com os governos e com toda a exploração, que produz a miséria, a fome, o desemprego, e o rebaixamento geral das condições de vida das massas. Uma luta independente, com suas reivindicações e métodos de luta, permitirá fazer frente a mais esta bolha especulativa e sua crise.

Ganham importância as bandeiras do Programa de Transição da IV Internacional, de estatização de todo o sistema financeiro, sob controle operário, abertura de seus livros caixa, de ruptura com o imperialismo, de não pagamento da dívida pública, consignas que devem fazer parte de uma plataforma de reivindicações que se oriente para a conquista do poder próprio das massas, o governo operário e camponês.

FRANÇA

Macron impõe a Reforma da Aposentadoria por Decreto

A Reforma que eleva a idade mínima de 62 para 64 anos e aumenta o tempo das contribuições de 42 para 43 anos foi imposta por decreto, passando por cima do Parlamento. Sua rejeição por um de cada quatro franceses (75% da população, segundo pesquisas) e pelos sindicatos estava adiando sua resolução pelo Congresso. O Congresso dilatava os debates e sua aprovação, uma vez que os partidos burgueses e pequeno-burgueses temem as consequências políticas de aprová-la sem antes abortar as tendências grevistas, e garantir o apoio das direções sindicais burocratizadas. Tampouco o governo contava com uma base mínima para aprovar a reforma rapidamente, como vem sendo exigido pelos capitalistas.

Coube à primeira-ministra, Elisabeth Bourne, que foi contrária à

aplicação do decreto presidencial, a ingrata tarefa de apresentar ao Parlamento a aplicação do Artigo 49.3 da Constituição, que permite ao governo aprovar leis consideradas de interesse estratégico para a nação, sem debate parlamentar. A oposição burguesa de direita e de esquerda uniram-se para apresentar uma moção de censura contra o governo. No entanto, não atingiram a votação mínima exigida de 50% mais um dos parlamentares. Aprovada a moção de censura, a reforma ficaria sem efeito. O que colocaria a oposição em choque com a grande burguesia, que exige sua aprovação a qualquer custo. É impossível que esses agentes políticos do grande capital estejam dispostos a se apoiar nas massas para impor uma derrota da burguesia. Por isso, sua manobra visa a abortar a

luta de classes, que pode levar a uma crise pré-revolucionária, e depois reforçar o papel do parlamento na tomada das decisões para integrar os sindicatos às negociações.

Está claro que Macron tomou a decisão de impor a Reforma por Decreto porque assim o exigia o capital financeiro e os grandes capitalistas, que impõem adequar o mais rápido possível as condições trabalhistas e de aposentadoria às condições de desagregação econômica e necessidade de retomada dos lucros monopolistas, no quadro de agravamento das tendências recessivas, desagregação dos mercados e dos estragos da guerra na Ucrânia, que elevaram os custos de produção e estreitaram ainda mais a realização dos lucros, ao reduzir drasticamente o consumo e intercâmbios comerciais. O

Decreto é uma via para compensar a queda dos lucros financeiros com uma maior espoliação das massas de forma rápida e efetiva. O desconhecimento do Parlamento, portanto, indica a necessidade da burguesia recorrer a medidas bonapartistas cada vez mais ofensivas para impor seus interesses de classe.

Greves e manifestações parciais vinham sendo organizadas nos últimos meses, para evitar que o Parlamento aprovasse a lei. A medida ditatorial de Macron obrigou o movimento a ter que dar um salto à frente. Imediatamente depois de anunciada a imposição da Reforma, milhões de manifestantes tomaram as ruas, e entraram em choque com as forças repressivas. Compareceram nos movimentos, nos piquetes de rua e nas greves operárias (ferroviários, portuários, petroleiros, indústria de energia, garis etc.) as bandeiras de “Abaixo Macron e o 49.3!” e “greve

geral”. O que demonstra que existem condições objetivas para aprovar uma greve geral pela derrubada da Reforma e do governo.

As direções sindicais encontram-se cada vez mais em dificuldades para frear e conter a raiva operária e popular. A burguesia não se orienta a negociar, mas sim a impor com medidas draconianas seus interesses. O que impede objetivamente à burocracia abortar a projeção de protestos e greves, uma vez que a deixa sem base de manobra para cumprir seu papel traidor no interior dos sindicatos.

A tarefa urgente colocada aos grevistas e manifestantes, as bases e à vanguarda, é dar uma expressão organizativa comum à massiva rejeição da Reforma e do Governo, levantando um plano de luta unificado e convocando assembleias gerais para criar as condições para transformar a reivindicação de greve geral erguida pelas massas em uma realidade prática. Para

... é necessária a constituição de uma frente única dos setores classistas e revolucionários objetivando tirar a burocracia da direção dos movimentos e sindicatos, e colocar nas mãos de delegados eleitos pelas bases (e revogáveis perante elas) a sua direção.

isso, é necessária a constituição de uma frente única dos setores classistas e revolucionários objetivando tirar a burocracia da direção dos movimentos e sindicatos, e colocar nas mãos de delegados eleitos pelas bases (e revogáveis perante elas) a sua direção.

Eis como se dará um passo na superação da crise de direção revolucionária e se forjará uma vanguarda firmada no programa, nos métodos e táticas da luta revolucionária do proletariado.

ISRAEL

O governo Netanyahu é de crise e conflitos permanentes

Após governar o país por pouco mais de um ano, a coalizão eclética de políticos socialdemocratas, liberais, centristas e partidos árabes, liderada por Naftali Bennett e Yair Lapid, não suportou as contradições internas e dissolveu-se. Benjamin Netanyahu foi novamente eleito como primeiro-ministro. Sustentado na ultradireita e nos partidos religiosos judeus ultraortodoxos. Seu governo comparece como o mais reacionário da história de Israel, orientado a dar um salto ao colonialismo e ao terrorismo estatal contra palestinos, além de impor uma centralização ditatorial das instituições e do Estado.

Mais um massacre de palestinos

Dois meses após sua posse, 6 palestinos foram assassinados, em um ataque militar contra o campo de refugiados palestinos de Jenín, na Cisjordânia (07/03). Dias antes, em Huwara, 60 palestinos, dentre eles crianças e idosos, foram mortos durante a invasão de tropas israelenses. Em Nablus, 100 feridos foram o resultado de um ataque das Forças de Defesa de Israel (AFI), enquanto colonos judeus invadiam o distrito e ateavam fogo em casas, veículos e assassinavam uma liderança religiosa palestina.

A Autoridade Nacional da Palestina (ANP), que go-

verna a Cisjordânia, e as organizações Hamas e Al-Fatah (Faixa de Gaza), condenaram os ataques. A ANP noticiou que estão “rompidas” quaisquer colaborações em questões de segurança e as conversações diplomáticas. Hamas e Al-Fatah, por sua vez, afirmaram que os sionistas pagariam com sangue pelos palestinos assassinados a sangue frio.

Sintomas da crise política

Centenas de milhares de manifestantes, há mais de dois meses, realizam protestos contra a Reforma Judicial, caracterizando-a de “golpe” contra a democracia, e exigem que se convoque um debate para chegar a um consenso sobre sua alteração. Segundo uma pesquisa, aproximadamente 70% da população israelense rejeita a lei aprovada em primeira votação (63 votos contra 47).

O presidente de Israel, Herzog, criticou a decisão do governo e da Knesset (Parlamento) de não recorrer antes a um consenso para elaborar um projeto que contivesse a opinião de todos os setores. A confluência na crítica entre o presidente e a oposição impulsionou a crise política. O governo fascizante e ultranacionalista disse que se trata de fortalecer a segurança e governabilidade do Estado judeu.

No entanto, aceitou deixar de fora da proposta de que os deputados terão poder de anular, por maioria simples, decisões do Supremo Tribunal. Essa manobra de distensão não altera o essencial da lei: alterar os critérios legais e políticos da nomeação de juízes (favorecendo a escolha política por cima da progressão da carreira judicial) e modificar as relações institucionais, visando a que o Supremo Tribunal não possa “travar” a legislação aprovada pela Knesset (Parlamento).

Consolida-se o terrorismo de Estado

Foi aprovado ainda um projeto da lei antiterrorista, que legaliza a execução de palestinos que realizem “atos terroristas” contra indivíduos judeus (55 votos a favor e 9 contra). Aplicar-se-ia, não apenas aos territórios anexados como a Cisjordânia, governada pela Autoridade Nacional Palestina (ANP), mas submetida à lei militar. Está claro que o avanço à militarização das relações políticas e nacionais com os palestinos decorre das pressões de frações da burguesia e das forças políticas israelenses que exigem mais quantidade e medidas mais draconianas de exceção para garantir, a sangue e fogo, seus negócios.

A Reforma Judicial e a lei antiterrorista fortalecem conjunturalmente a fração burguesa e os partidos de base de apoio do governo Netanyahu, impondo uma maior centralização ditatorial do Estado.

conquistar votos entre os setores “democráticos” e liberais, e se apresentar perante as organizações palestinas que se revoltam como um conciliador, e, perante o imperialismo, como o único “parceiro confiável” a seus interesses.

Democracia farsesca

A aprovação da Lei Antiterrorista demonstra que a democracia burguesa em Israel não tem como adquirir outra forma jurídica ou política, que não se manifeste como uma ditadura policial sobre os palestinos. Enquanto judeus usufruem de direitos democráticos, políticos e civis, estes são abolidos para a maioria oprimida. É esta a “democracia” que tem por base o co-

lonialismo e expansionismo sionista. Sob essa democracia burguesa, calcada nos métodos expansionistas típicas do colonialismo brutal e do terrorismo de estado contra os palestinos, nunca existirão as condições para estabelecer relações verdadeiramente democráticas entre judeus e palestinos. Até não compreender seu caráter de farsa, permanecerá em pé um poderoso bloqueio objetivo à unidade de ação entre os oprimidos de ambas as nacionalidades.

Porém, não se pode desconhecer que as manifestações expõem amplamente a profunda crise que atravessa a sociedade israelense. O fosso entre judeus ricos e pobres aumentou, bem como as desavenças e choques entre as seitas religiosas e partidos da burguesia. Aos violentos conflitos nacionais, somam-se o agravamento da discriminação e os choques raciais entre judeus Mizrahi (descendentes do Oriente Médio e Norte da África) e Ashkenazis (descendentes de europeus).

Vitória conjuntural da situação

A Reforma Judicial e a lei antiterrorista fortalecem conjunturalmente a fração burguesa e os partidos de base de apoio do governo Netanyahu, impondo uma maior centralização ditatorial do Estado. Mas, agrava a crise política, ao impulsionar os choques institucionais, aprofundar a divisão política no interior do país e agravar os atritos diplomáticos entre o Estado de Israel e as organizações do imperialismo.

Por consenso entre seus 15 membros, o conselho de Segurança da ONU considerou a “confiscação de terra palestiniana e à legalização dos colonatos existentes, à demolição de casas palestinas e deslocação de civis palestinos” na Cisjordânia como uma ameaça à paz. Mas, também a ONU e os próprios EUA criticaram as ofensivas israelenses nos territórios e bairros palestinos como sendo uma ameaça para a paz, e exigem de Netanyahu não legalizar as novas colônias construídas em territórios recém-ocupados. O governo Netanyahu rejeitou a intromissão da ONU e dos EUA em seus assuntos internos, e afirmou que a declaração (que contou com apoio dos EUA) era uma aberta negação dos “direitos dos judeus de viver na pátria histórica”. Os atritos diplomáticos refletem as contradições surgidas do desenvolvimento da crise capitalista e da guerra na Ucrânia; mas não modificam a decisão do imperialismo em manter sua aliança estratégica com o Estado sionista.

O governo Netanyahu atua sobre a base das contradições entre a necessidade de ampliar a centralização política do Estado na repressão à resistência palestina, derivada da maior ofensiva sionista sobre os territórios, de um lado, e das pressões imperialistas estadunidenses, que vêm na maior repressão aos palestinos um elemento de maior atrito com os países árabes, que hoje estão se afastando dos EUA e se aproximando da China e Rússia.

Aprofundam-se os conflitos inter-burgueses

A implantação do Estado de Israel de fora para dentro foi uma imposição do imperialismo. Objetivava criar uma base de manobras do imperialismo para impor um controle mais direto sobre uma região rica em recursos naturais. E a erguer um “contrapeso” às tendências nacionalistas da nascente burguesia árabe, e contra a influência dos Estado operários sobre os países semicoloniais que se apoiavam nestes, para assumir um elevado grau de soberania sobre os recursos naturais (Síria, Iraque, Irã, etc.).

A colonização militar de territórios palestinos e as milhares de mortes constituem uma base material ao expansionismo, que objetiva ampliar a base econômica para extração de lucros da burguesia sionista. Mas, também da pequena burguesia judia. Favorecem-se os investimentos de capitais em infraestrutura e logística urbana, bem como a ampliação de serviços prestados pela classe média comercial judia. Incorporam-se ainda novas terras à exploração e produção agrícola, enquanto se alimentam os encargos da indústria militar (estadunidense e israelense), que provê de armas, munições e equipamentos de segurança e vigilância, contra as ameaças permanentes de revolta dos palestinos.

No entanto, o curso da crise econômica, que se alasta e aprofunda desde 2008, acaba por conflituar os interesses a burguesia sionista sediada no país com a burguesia imperialista sediada fora do país. As guerras civis, a brutal opressão nacional sobre os palestinos e os estragos da guerra na Ucrânia na economia mundial manifestam-se como permanentes viradas nas relações políticas regionais.

O reatamento das relações comerciais e diplomáticas entre Irã e Arábia Saudita, assim como as movimentações de Turquia contra a OTAN e seu apoio parcial aos interesses da burocracia russa na Ucrânia e nos intercâmbios comerciais, atingem as relações estabelecidas pelo imperialismo. Certamente, a violenta opressão e massacres contra palestinos amplia essas movimentações. Mas, também se tem manifestado na economia israelense, como retirada de investimentos da burguesia imperialista e sionista sediada fora do país. A instabilidade interna e os conflitos diplomáticos atingiram os investimentos em setores que precisam de “certa previsibilidade” para a marcha dos negócios.

Estão aí as bases objetivas dos choques burgueses e da crise política. As que se refletem na crise política interna à burguesia sionista e nos atritos diplomáticos entre a ONU e o Estado sionista.

Obstáculos à unidade dos explorados

A brutal opressão social e nacional é a base material da permanente revolta dos palestinos, que comparece na forma de levantes (intifadas). Mas, também de ataques terroristas contra civis judeus, que nas últimas

semanas vitimaram sete civis judeus. Trata-se, evidentemente, de uma reação instintiva e alheia aos métodos da luta de classes, embora reflitam a tendência geral da luta contra a opressão.

Por sua vez, o fato de as lutas da população israelense serem levadas por suas direções como exclusivamente judias ergue uma barreira racial e nacional que a separa da população oprimida palestina. Quase todo movimento das massas judias que surgiu nas últimas décadas é conformado por uma esmagadora maioria de forças políticas, sindicais e populares que apoiam em maior ou menor medida às políticas nacional-chauvinistas dos sucessivos governos de plantão contra os palestinos. O que acaba por empurrar os palestinos a se negarem a confluir em qualquer luta que não coloque, em pé de igualdade, suas bandeiras e reivindicações.

Essa “separação” não é uma escolha consciente das massas, mas lhes foi imposta por um arcabouço retórico religioso e racial que acoberta o frio cálculo material da burguesia, de se aproveitar da divisão dos oprimidos e de um estado sionista, apoiado no imperialismo, para estender seus negócios e lucros. Em última instância, a ausência da direção revolucionária impede que as tendências instintivas de revolta se unifiquem com um programa de reivindicações que permita aos oprimidos superarem toda e qualquer divisão racial e nacional, erguendo bandeiras comuns na luta contra seus opressores.

Saída revolucionária para a questão Palestina

Enquanto os oprimidos judeus não confluírem sob um programa de reivindicações comuns aos explorados palestinos e judeus, a burguesia imperialista, sionista e árabe estarão livres para continuar dividindo e usando aos explorados e oprimidos como bucha de canhão de suas movimentações.

É na confluência da luta pelo direito à autodeterminação (emancipação nacional) do povo palestino e sua combinação com a luta contra a exploração do trabalho do proletariado e de árabes israelenses contra a burguesia de seu país que se forjará a unidade mais estreita entre os explorados árabes e judeus. É incorporando na luta das massas judias o fim das invasões e massacres contra os palestinos que se romperá com a democracia e as instituições colonialistas, e se dará um passo objetivo na solidariedade de classe.

Enquanto os oprimidos judeus não confluírem sob um programa de reivindicações comuns aos explorados palestinos e judeus, a burguesia imperialista, sionista e árabe estarão livres para continuar dividindo e usando aos explorados e oprimidos como bucha de canhão de suas movimentações.

A confluência revolucionária e independência de classe dos explorados palestinos e judeus depende, fundamentalmente, de ser forjado um partido proletário revolucionário firmado nos métodos do internacionalismo proletário e na estratégia da revolução e ditadura proletárias. Um passo que se dê nesse sentido abrirá caminho ao programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, e firmará as bases da com-

pleta igualdade entre judeus e árabes, sem opressão nacional ou de classe.

Somente um movimento anti-imperialista e anti-capitalista das massas oprimidas da Palestina imporá a destruição do Estado sionista (criatura da burguesia) e erguerá um Estado operário na Palestina (criatura das massas exploradas), acabando com a opressão nacional e os conflitos raciais e religiosos.

ARGENTINA

A desagregação do regime burguês avança *Responder com os métodos e o programa revolucionários*

Está colocada a luta nacional dos oprimidos e explorados pela revogação de todos os acordos com o FMI, e pela anulação de toda a dívida externa. A ruptura com os ditames do capital financeiro e os manejos dos grandes capitalistas e latifundiários comparece como uma medida elementar de soberania nacional, de defesa dos interesses mais imediatos das massas, e de garantir o pleno emprego a todos.

A inflação atingiu 102,5% anuais. Trata-se de um golpe brutal contra as condições de vida das massas. A alta foi tão violenta, que os subsídios (única fonte de ganhos ou complemento de famílias pobres e miseráveis) e salários não compensam, sequer minimamente, o rápido avanço da carestia e miséria, espalhada sobre quase metade da população oprimida. Por sua vez, a seca, que desgraçou as regiões agroindustriais e pecuárias, reduziu a oferta de milho, soja, trigo e carne bovina, agravando a especulação, pelos capitalistas agroindustriais e comerciantes. O que se combina ao encarecimento de matérias primas, elevando os custos de produção em setores inteiros da economia.

A retomada dos movimentos desempregados (impulsionados

por correntes classistas) e greves (até agora contidas pela burocracia governista), começam a abrir caminho, sob a pressão das condições materiais de existência social. Mas, chocam-se com a negativa dos capitalistas e os latifundiários de compensar a perda aquisitiva dos salários e o aumento de taxas de exportação, para preservar seus lucros, em meio à quebra da economia e às condições de produção. O que se projeta no agravamento da crise política do governo e nos conflitos permanentes entre as frações políticas e econômicas da burguesia, para defender seus interesses à custa de descarregar a crise sobre as custas dos explorados, e muitas vezes em choque com as frações burguesas adversárias.

Entre as forças sociais antagônicas acham-se as direções burocráticas sindicais e populares, freando os movimentos grevistas e de luta. Mas, também os partidos e correntes nacionalistas-burguesas e da esquerda “socialista” que, apoiados na revolta das massas, procuram arrancar limitadas reivindicações ou fortalecer os interesses aparelhistas, focados nas próximas eleições.

Eis o retrato sintético da convulsa situação econômica, social e política em que afunda a Argentina. Na sua base econômica, achar-se-á a tendência contínua de desagregação, iniciada na crise de 2001, aprofundada na crise mundial de 2008, e que depois deu um salto à frente,

sob os estragos da Pandemia. Essa “herança” da crise estrutural do capitalismo condiciona todos os governos burgueses de plantão.

Maurício Macri se apresentou como solução à decomposição dos governos da Frente para a Vitória, dos Kirchner. Na sua campanha, disse que baixar a inflação “era o mais fácil”. Começou seu mandato com uma inflação anual de 27%, saindo do governo com um índice de 53,8%. A aplicação das típicas medidas neoliberais indiou que, longe de dar solução efetiva ao problema de desagregação econômica, iria agravá-la. O FMI ditou maiores ataques e contrarreformas – o que sim cumpriu ao pé da letra.

A eleição de Alberto Fernández se deu no quadro de agravamento dos reflexos da crise e da Pandemia na economia, empregos, salários e condições de vida das massas. Novas promessas foram feitas. Mas, chegando ao fim de seu mandato, tudo piorou. Submetido como Macri aos ditames do capital financeiro, tentou financiar com pesos desvalorizados uma fictícia retomada econômica. Cobriu com uma descontrolada emissão monetária os gastos orçamentários, e retomou o endividamento com o FMI, sem sua contraparte na criação de novas riquezas na produção, criando assim uma bomba relógio.

Há algumas semanas, Fernández fechou novo acordo com o FMI, para ampliar as contrarreformas e realizar novos ajustes, atados ao

cumprimento das metas fiscais ditadas pelo organismo. Para chegar ao acordo, o governo dito “nacional e popular” teve de oferecer no altar da oligarquia financeira a redução de subsídios sociais e novos ataques às aposentadorias. Mas, tais medidas logo revelar-se-ão em sua real dimensão, no quadro de queda nas exportações de matérias-primas e elevação de custos de produção, obrigando-o a desfechar novos ataques às massas empobrecidas e famintas. O que evidentemente reforçará as tendências grevistas e impedirá às burocracias bloquearem as lutas.

A desagregação econômica, a queda da produtividade, a espiral inflacionária, o desemprego elevado e a miséria das massas são o produto histórico do saque do ca-

pital financeiro e da permanência da grande propriedade privada monopolista dos meios de produção e distribuição. Quer dizer, da sobrevivência do capitalismo, às custas de aprofundar a barbárie social em larga escala.

Está colocada a luta nacional dos oprimidos e explorados pela revogação de todos os acordos com o FMI, e pela anulação de toda a dívida externa. A ruptura com os ditames do capital financeiro e os manejos dos grandes capitalistas e latifundiários comparece como uma medida elementar de soberania nacional, de defesa dos interesses mais imediatos das massas, e de garantir o pleno emprego a todos. O que não fará nenhum governo burguês, mas sim um governo operário e camponês, surgido da

revolução e ditadura proletárias. Um passo obrigado para avançar nessa tarefa histórica é a coordenação nacional das lutas, e defender a unidade entre empregados e desempregados pelo reajuste automático dos salários de acordo ao aumento dos preços (escala móvel do salário) e a divisão de todas as horas nacionais trabalhadas entre todos os aptos ao trabalho, sem redução de salários (escala móvel das horas de trabalho). Ou seja: dar a luta pela formação de uma frente única em defesa das reivindicações comuns e pela expropriação do capital financeiro e os capitalistas (industriais, comerciais e agroindustriais) para assim planificar a economia de acordo com as necessidades das massas e os interesses nacionais.

BOLÍVIA

A luta de classes se ergue nas ruas

No final de janeiro, os operários de Cochabamba tomaram as ruas da cidade, convocados pela Central Operária Departamental. Uma plenária anterior aprovou a mobilização a partir das denúncias de demissões, descumprimento nos pagamentos, e arbitrariedades dos patrões. Participaram das manifestações, operários, professores, trabalhadores em estradas, e outros setores. Os trabalhadores por conta própria também denunciam ataques patronais e governamentais contra eles.

Ainda que não tivessem empunhado faixas e bandeiras com as reivindicações, o movimento expressou o descontentamento com o governo. Caberia a organização de assembleias de base e formação de comandos de base, de forma a discutir e aprovar as bandeiras que expressassem a unidade na luta. A falta de uma direção revolucionária e de um programa pesou negativamente para que a mobilização avançasse e se projetasse nacionalmente.

Em fevereiro, foi a vez dos professores se mobilizarem nacionalmente contra as medidas do governo e as condições de vida e trabalho.

A marcha nacional de 31 sindicatos departamentais, organizada a partir da Conferência Nacional docente em La Paz, mostrou ao governo a disposição de luta dos professores, que reivindicam o salário mínimo de acordo com a cesta familiar, aposentadoria plena aos aposentados, defesa dos bônus que o governo pretende eliminar, impedir o fechamento de unidades educativas, infraestrutura para dar suficiência à educação, e outras reivindicações, entre elas a rejeição da grade curricular que o governo pretende impor.

O governo desfechou uma brutal repressão sobre a mobilização, que prepara novas arremetidas contra a intransigência governamental.

O avanço da luta de classes é o único caminho para derrotar as medidas dos governos, ditadas pelo capital financeiro para sustentá-lo diante da decomposição e crise do capitalismo. Trata-se de unificar todos os setores em luta, em direção a uma greve geral que imponha as reivindicações ao governo pintado de esquerda, mas de políticas antinacionais e antipopulares.

FOLHETO

RESOLUÇÕES

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais do POR - 2023

França G. Lora - Em defesa do programa Dezembro de 2022

Uma publicação de:



Adquira com
nossos militantes!

PPRI

Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

Um ano de guerra na Ucrânia: pela derrota militar da OTAN!

A ONU aprovou uma resolução, com o voto do Brasil, que estabelece sua política para a guerra na Ucrânia: Retirada das tropas russas, integridade territorial e autodeterminação da Ucrânia, paz duradoura sem anexações. É evidente que seu conteúdo é o de derrota total da Rússia e vitória da OTAN e dos Estados Unidos e seus aliados.

A guerra na Ucrânia começou a partir do momento em que a burocracia governamental encabeçada por Putin esgotou todas as manobras diplomáticas para deter o fechamento do cerco militar que a OTAN estava armando ao redor da Rússia. O governo da burocracia passou a agir com os métodos militares, adentrando o território ucraniano a partir do Leste. Essa medida, que não tem nada a ver com uma política proletária, que seria impulsionar as massas ucranianas para que com sua mobilização derrotassem o governo capacho do imperialismo de Zelensky, encontrou apoio da população da região do Donbass, que estava em guerra civil há oito anos, reivindicando sua separação da Ucrânia e integração à Federação Russa. O início da guerra foi o de um país armado com a 2ª indústria militar do planeta, contra um vizinho com 12 vezes menos armas. O resultado foi o avanço russo em todas as frentes.

Mas o governo Zelensky conseguiu obter amplo apoio das potências imperialistas e, a partir de setembro de 2022, iniciou uma contraofensiva, a partir do esvaziamento dos estoques militares de 32 países que, sob a direção dos EUA, tornaram a Ucrânia em um enclave militar contra a Rússia.

Em sua defesa, a Rússia anexou quatro territórios do Leste e Sul ucranianos, os mesmos em que a população russa reivindicava sua separação da Ucrânia e integração à Federação Russa. E passou a responder a contraofensiva ucraniana com mais soldados e armamentos. Houve momentos no inverno em que a Ucrânia inteira ficou às escuras, por conta de bombardeios russos às suas centrais elétricas.

A OTAN reforçou e vai reforçar seus armamentos na Ucrânia. No entanto, os antimísseis estadunidenses mais modernos têm obtido ainda menor eficácia contra os ataques de mísseis russos. EUA e Alemanha correm para enviar seus tanques Abrams e Leopards.

A possibilidade de derrota da OTAN na Ucrânia tem levado os EUA a discutirem como seria possível um plano de paz, alternativo à entrada direta de tropas ianques na região, que já conta com a ação de ingleses, poloneses, etc.

A Rússia ainda conta com uma conquista inestimável da Revolução Proletária, que é a propriedade nacionalizada dos principais ramos da economia. Essa conquista tem permitido que o país ainda consiga se sustentar economicamente diante das sanções impostas pelas potências imperialistas. O que se reflete em sua resistência na guerra da Ucrânia, enfrentando uma aliança de 32 países.

Para as potências imperialistas em declínio industrial (os EUA passaram de 42% da indústria, após a 2ª Guerra Mundial, para 15% hoje; a Europa está abaixo dos 20%; o Japão tem atualmente apenas 5% – a China tem mais de 30%), coloca-se a necessidade de destruir os Estados operários degenerados, para que, com o seu fim, seja possível destruir amplamente as forças produtivas de Rússia e China, e dar um novo fôlego ao capitalismo em decomposição, como já ocorreu após a 2ª guerra mundial, até os anos de 1970. Por isso, os EUA cercaram a Rússia por meio da militarização dos países da OTAN no Leste europeu. E estão cercando a China no Pacífico sul, instalando bases militares nas Filipinas e deixando apenas a porta de Taiwan para fechar o cerco.

O proletariado mundial combate a burguesia em seus países e a burguesia mundial por cima deles, o imperialismo. Jamais pode favorecer os movimentos das potências imperialistas em nenhuma parte do planeta. Cada avanço do imperialismo representa uma derrota ao proletariado mundial. Representa o fortalecimento das medidas ditadas pelo capital financeiro internacional em toda parte.

Somente essa questão já seria suficiente para se tomar uma posição proletária de derrota militar da OTAN frente à Rússia na Ucrânia, em cada um e em todos os países. Assim se fez quando os EUA atacavam Iraque, Afeganistão, a Líbia ou o Estado Islâmico. Não apoiamos nenhum desses governos, nem suas políticas, ou seus métodos, mas estamos ao lado das nações oprimidas contra as nações opressoras, imperialistas.

A particularidade de China e Rússia é que preservam, cada um a seu modo, a estatização dos principais ramos da economia e do sistema financeiro em seus países. A burocracia de cada um desses países não o faz em defesa do socialismo ou da revolução. Usurpadores do poder do proletariado sobre a economia e a política, defendem a propriedade estatal como meio de preservar sua fonte de ganhos e privilégios. A revolução política, que derrubará a burocracia e restabelecerá o poder político e econômico do proletariado sobre a economia e o país, tomará como ponto de partida para a retomada do percurso ao socialismo a estatização dos principais ramos da economia, que ainda persiste.

É um dever do proletariado mundial preservar suas conquistas revolucionárias nesses dois países, que estão sob a ameaça de destruição pelos EUA e aliados imperialistas. Isso não significa apoiar os métodos burocráticos militares empregados pelas burocracias encabeçadas por Putin e Xi Jinping. Nem suas políticas ou seus governos. Nossa defesa é das economias estatizadas contra a destruição pretendida pelo imperialismo. Por isso defendemos: Pela Derrota militar da OTAN na Ucrânia! E criticamos a esquerda pacifista ou pró-imperialista que apoia as pretensões da ONU/OTAN de derrotar a Rússia.